

EXERCÍCIO DE 2002

1º SEMESTRE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da lei, designadamente do que está contido no Art. 246º do Código do Mercado de Valores Mobiliários e do Regulamento 00/11 da CMVM, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e restantes documentos de prestação de contas reportados a 30 de Junho de 2002.

Toda a informação constante deste Relatório e das Demonstrações Financeiras em que está suportado respeitam à actividade e resultados da Empresa durante o 1º semestre do exercício de 2002.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

1.1. EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA

A divulgação dos dados macro-económicos correspondentes ao primeiro semestre de 2002 veio confirmar que a economia portuguesa se mantém numa trajectória de clara desaceleração e vivendo um clima de pessimismo e crise de confiança por parte dos agentes económicos.

As condicionantes externas para tal concorreram na medida em que a recuperação da actividade internacional continua adiada. A retoma nos EUA tarda, na zona Euro a desaceleração é norma e, no caso particular da Alemanha, um dos nossos principais parceiros, pode até regressar-se a uma situação de recessão.

O reacender de um novo foco de tensões no Médio Oriente, com a provável intervenção militar no Iraque, piora as perspectivas de recuperação e acarreta preocupações acrescidas no que se prende com a evolução do preço do crude e as tendências inflacionistas e contracionistas da economia que tal acontecimento pode desencadear.

Perante este clima depressivo, as previsões começam a ser revistas em baixa e os analistas económicos apontam horizontes cada vez mais dilatados para a retoma.

A maioria dos índices bolsistas encontram-se no final do semestre abaixo dos mínimos registados durante o período negro que se seguiu à tragédia do 11 de Setembro nos EUA, situação para a qual contribuíram os escândalos contabilísticos que envolveram empresas norte-americanas.

O Dow Jones desceu desde o início do ano cerca de 14,8%, o IBEX 35 cerca de 25%, o Nasdaq cerca de 36%, o FTSE cerca de 20% o Nikkei cerca de 11% e o PSI 20 acompanhou a tendência com uma queda de cerca de 24%.



Na vertente interna a generalidade dos indicadores revela que a debilidade da actividade se mantém e de forma persistente devendo prolongar-se até 2003 e nesse sentido apontam indicadores qualitativos como o índice de confiança dos consumidores e dos empresários, tal como indicadores quantitativos como sejam a produção industrial, vendas de cimento e vendas de automóveis.

Neste cenário em que os sinais de deterioração progressiva da conjuntura económica interna permanecem e em que a actividade económica internacional não apresenta sinais encorajadores, a revisão em baixa dos índices de crescimento leva a que se apontem para o ano de 2002 índices de crescimento situados no intervalo de 0,5% a 1% e para 2003 índices entre 1% e 1,5%, adiando para 2004 uma maior aceleração.

A inflação média em Portugal irá situar-se no ano corrente entre 3% e 3,5% não se confirmando as expectativas de uma derrapagem provocada pela elevação da taxa do IVA para 19%, para o próximo ano e na ausência de algum choque externo não previsível, salvo a escalada do preço do petróleo eventualmente provocada pela crise do Médio Oriente, deverá manter-se o processo desinflacionista, podendo a variação média dos preços vir a situar-se em 2,5%.

Num contexto de grande rigidez nas principais rubricas da despesa pública e de alguma incerteza quanto ao volume de impostos arrecadados, o cumprimento do défice de 3,8% do PIB como meta para o défice público em 2002 é o principal factor de risco com que se defronta a economia portuguesa, face às consequências de pelo segundo ano consecutivo Portugal poder violar o estipulado pelo PEC.

O recurso a receitas suplementares provenientes da alienação de bens patrimoniais do Estado poderá ajudar ao cumprimento daquela meta, caso a receita fiscal venha a situar-se abaixo das previsões orçamentais.

A dívida pública que se elevou em 2001 para 55,5% agravou-se no primeiro semestre de 2002 para 59,3%, ainda assim abaixo dos 60% fixados como tecto pelo PEC.

O défice corrente para o 1º semestre de 2002 elevou-se a pouco mais de 6 mil milhões de euros, o que representa uma queda de perto de 9% relativamente ao período homólogo de 2001, ou seja uma redução de cerca de 570 milhões de euros.

No conjunto, esta evolução favorável corresponde a um recuo de 10,7% para 9,4% do que este défice representa em relação ao PIB, admitindo-se que a trajectória de melhoria possa prolongar-se para 2003 em que se admite um registo à volta de 8,8%.

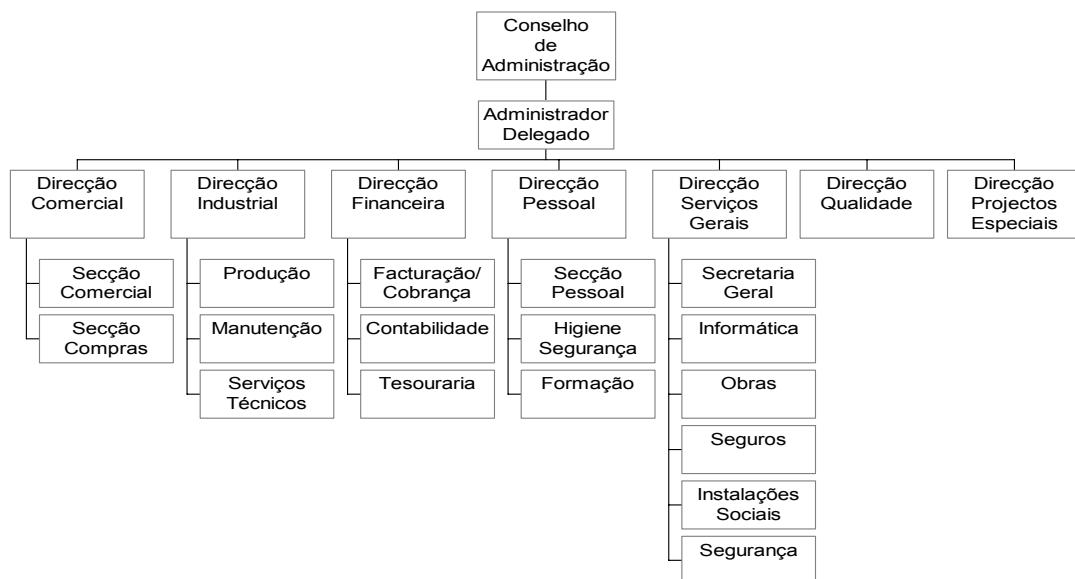


1.2. GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, no seu Anexo I, a Empresa dá conta, nos itens seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos aplicáveis.

1.2.1. – Divulgação de Informação

I. A Administração funciona de forma colegial, com um Administrador - Delegado ao qual reportam directamente sete Direcções: Comercial, Industrial, Financeira, Pessoal, Serviços Gerais, Qualidade e Projectos Especiais. O Conselho tem como objectivo a gestão e a coordenação das várias empresas que constituem o “Grupo”, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da ação estratégica global, que visa a criação de uma mais valia da empresa e das suas participadas, através da prestação de serviços de qualidade, prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são seguidos sempre critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.



O Administrador Delegado, para além de efectuar a coordenação de toda a actividade da Empresa, acumula também a função da Direcção Comercial.

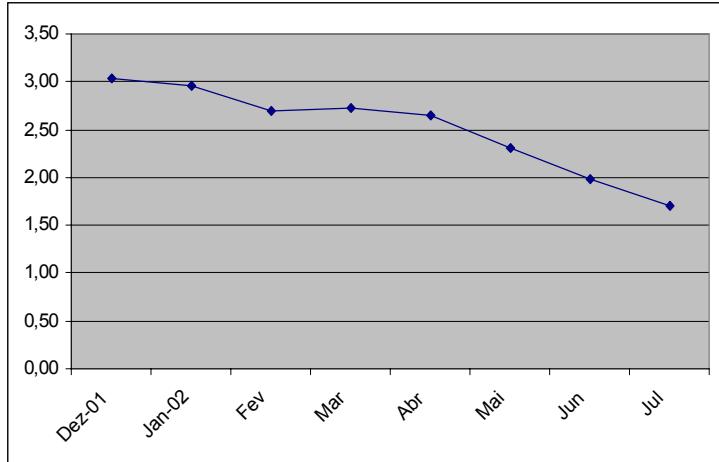


2. Não houve, no semestre em análise, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos.

A evolução da cotação das acções ao longo do semestre foi a ilustrada no gráfico abaixo.

Pouco depois da entrada em Bolsa verificou-se uma queda generalizada das cotações, que na maioria dos casos pouco teria a ver com o verdadeiro valor das empresas mas, mais decorrente das características de mercado accionista periférico e da baixíssima liquidez que possui.

Ao longo do semestre a cotação baixou cerca de 1,34 euros; as razões para tal evolução terão que se buscar nas condições em que a operação decorreu em consequência da queda da publicidade e da retracção dos editores, eventualmente na não atribuição de dividendos mas, antes de mais na incerteza que rodeia o mercado de capitais.



Nos exercícios seguintes à entrada em Bolsa - 1999 e 2000 - foram distribuídos dividendos representando cerca de 80\$00/acção, política abandonada em 2001 por força das circunstâncias que envolveram a actividade. Como política de princípio pode dizer-se que é nossa intenção distribuir lucros quando e sempre que fôr possível, sem com tal intenção afectar a segurança económico - financeira da empresa.

3. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
4. Não são utilizados meios electrónicos na divulgação dos documentos preparatórios das reuniões de assembleias nem na prestação de outras informações financeiras.
5. Gabinete de Apoio ao Investidor: não existe propriamente um Gabinete deste tipo, nem a situação justificaria. O Representante para as Relações com o Mercado é o Administrador, com particular competência para a área financeira e económica, Dr. José Luís André Lavrador, e todos os Accionistas ou interessados em informações da Sociedade são pessoalmente atendidos. O acesso é normal bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.

Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao mercado, a LISGRÁFICA tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em comunicados para a CMVM quer através de contactos com a comunicação social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.



1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatuária que afaste ou dificulte o voto por correspondência, nem qualquer outra limitação. Para participar nas Assembleias Gerais basta ter um voto, isto é, um mínimo de 100 acções (de 5 euros cada) e é necessário que essas acções estejam depositadas em nome do accionista na instituição financeira com a antecedência mínima de 8 dias em relação à data de realização da Assembleia.

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe formalmente aprovado um código de conduta específico para a LISGRÁFICA ou outros regulamentos internos, já que tal não se revela necessário. Os padrões de conduta são transmitidos de forma clara e inequívoca a todos os colaboradores pelos quadros dirigentes.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas e, mensalmente, pelo Revisor Oficial de Contas, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza todos os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração a quem reporta os resultados das suas acções.
3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista. Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, SA) e a LISGRÁFICA conforme é referido no Anexo ao Relatório de Gestão.

1.2.4. – Órgão de Administração

1. O Conselho de Administração, cujos 5 membros são todos executivos, é composto pelas seguintes pessoas:

Presidente	Dr. António Brás Monteiro
Vogais	Dr. António Pedro Pinto de Ruella Ramos
	António Alexandre Brás Monteiro (Administrador Delegado)
	Dr. José Luis André Lavrador
	Engº António Pedro Marques Patrocínio

Administradores independentes, são, no conceito da sociedade, os que não têm interesse, participação ou relações especiais com a empresa maior accionista. Estão neste caso os Srs. Dr. José Luis André Lavrador e Engº António Pedro Marques Patrocínio.



O Senhor Dr. António Brás Monteiro: é também Administrador da “Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A.”, Presidente do Conselho de Administração da “Gestprint, SGPS, S.A.”, da “Grafimadeira-Empresa de Artes Gráficas da Madeira, S.A.” e da “Gestigráfica, SGPS, S.A.”

O Senhor Dr. António Ruella Ramos: é também Presidente do Conselho de Administração da “Renascença Gráfica, S.A.”, do “Diário de Lisboa, S.A.”, Administrador da “Gestprint, SGPS, S.A.”, Administrador da “Gestigráfica, SGPS, S.A.”, e Presidente da Assembleia Geral da “Grafimadeira-Empresa de Artes Gráficas da Madeira, S.A.” e da “Impreger, SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva;
3. O Conselho de Administração reúne praticamente todas as semanas, e o seu funcionamento está brevemente descrito no nº 1 de 1.2.1 deste Relatório;
4. Não existe qualquer comissão de controlo interno;
5. A remuneração dos titulares do Conselho de Administração não está ligada à evolução da cotação das ações nem dos resultados da sociedade;
6. Não existem prémios de desempenho nem partes variáveis da remuneração, e todos os administradores são executivos (nº 1 do Cap. 1.2.4). Os custos no exercício com o Conselho de Administração, no que se refere à sua remuneração, foram de 108.590 euros, e dizem respeito a três dos seus membros, uma vez que os outros dois são remunerados pela “GESTPRINT, SGPS, S.A.”, sociedade com a qual a LISGRÁFICA tem um contrato de gestão referido neste Relatório e no Anexo.



2. A EMPRESA E A SUA ACTIVIDADE AO LONGO DO SEMESTRE

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

Os efeitos decorrentes da conjuntura económica de recessão sofrida pelo sector no exercício de 2001, e que se traduziram na forte queda do investimento publicitário em todos os meios mas com particular realce para o papel, a que os editores reagiram com o emagrecimento das revistas, redução de tiragens e suspensão de novos projectos que tivessem em carteira, subsistiu durante o semestre em análise e até se agudizou na primeira metade de tal semestre.

Tendo como pano de fundo a conjuntura económica recessiva, a quebra da confiança dos agentes económicos, reflectida na evolução das cotações bolsistas, e pelo colapso rodeado de escândalo, de algumas grandes empresas mesmo fora do sector das “*novas economias*” e do “*e-commerce*”, condicionantes estas ditadas em certa medida pelas sequelas do 11 de Setembro de 2001 nos EUA, o Sector Gráfico no primeiro semestre de 2002 foi condicionado pela continuação do forte dinamismo editorial com sinais cada vez mais fortes de concentração, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços entre unidades nacionais e até acentuada pela concorrência de Espanha, pela paragem no esforço de investimento, e pela incerteza que se instalou no mercado sobre a duração da crise.

Como reflexo da queda do investimento publicitário e da reacção dos Editores, registou-se um decréscimo de produção, cifrado em quase todas as áreas que, no seu global, atingiu cerca de 1,9 milhões de euros (7,9%) relativamente a período homólogo de 2001, mas com especial acuidade na *Família de Revistas Periódicas e Suplementos*, segmento mais sensível à publicidade, em que o decréscimo teve a expressão de 3,4 milhões de euros (21%), e na *Família Jornais* com um decréscimo de cerca de 734 mil euros (22,7%), aqui explicado pela saída dos títulos da Lusomundo e pela suspensão do apoio à impressão do Público e outros títulos da Mirandela durante o seu impedimento.

A *Família Folhetos e Catálogos*, como resultado das medidas implementadas já em 2001, como forma de tentar encontrar alternativas para a queda das outras Famílias, com vista a minorar os efeitos da crise da publicidade, registou um incremento de cerca de 2,7 milhões de euros (178%).

A *Família Listas Telefónicas* manteve a sua actividade ao nível do semestre homólogo, registando um crescimento residual, sendo que o crescimento esperado acontece no 2º semestre com o arranque da impressão em quadricromia a iniciar com a Lista de Lisboa Classificada.

A *Família Boletins*, em resultado da passagem ao regime dos Boletins on-line, e da queda de encomendas por parte da Sta Casa, registou uma queda de 409 mil euros (61,8%).



As medidas tomadas durante o exercício de 2001, visando um controlo rigoroso dos Custos tiveram já alguns resultados práticos neste semestre como se alcança da comparação entre semestres, com uma redução de quatro milhões de euros (13,5%) nos custos totais, ainda que a economia nos Custos Operacionais se tenha quedado pelos 1,250 milhões de euros (5,4%).

Sublinha-se a redução operada em FSE de cerca de 1,2 milhões de euros (22,2%), em Despesas com Pessoal da ordem dos 490 mil euros (7,6%) em Custos Financeiros de cerca de 440 mil euros (10,5%) e em Amortizações de Imobilizado de cerca de 126 mil euros (2,7%); em contrapartida registou-se um incremento em CMCV de cerca de 550 mil euros (8,8%), derivados do aumento do consumo de papel incorporado nos Folhetos e Catálogos.

Continuaram as diligências tendentes à concretização das decisões tomadas em relação à alienação de activos não directamente ligados à operação, havendo fundadas esperanças de que, pelo menos alguns deles, se concretizem durante o 2º semestre.

Iniciou-se, durante o semestre, a instalação da 3ª rotativa Sunday 4000, bem como do Stacker Civiemme que lhe vai estar associado, no sentido de cumprir o programa de impressão de Listas a 4 cores acordado com o editor; nesse sentido vão estar comprometidas quer tal rotativa, quer as duas M850 duplexadas.

Prosseguiram as negociações com as Instituições bancárias envolvidas, tendentes à consolidação e reescalonamento da dívida no sentido de amenizar o esforço da tesouraria durante os exercícios de 2002 e 2003, tudo apontando para que tais negociações atinjam os objectivos prosseguídos.

Este conjunto de medidas conferiu às Contas da Empresa um maior rigor fazendo com que as Demonstrações financeiras assim construídas espelhem com maior verdade a realidade da Vossa Empresa.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

Impressão de Revistas

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2001 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2000, composto por nove rotativas, designadamente 3 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 2 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas durante o exercício de 2000, que imprimem cadernos de 48 páginas e operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e que estão



apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam de agrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A instalação das duas M4000 permitiu a substituição de uma M850 que no final do ano, após trabalhos de reciclagem, foi cedida à Naveprinter e libertou duas outras M850 que foram objecto de duplexagem para as habilitar a imprimir cadernos a 4 cores de Listas Telefónicas, obrigação a que o contrato com o editor vinculou a Lisgráfica, independentemente da possibilidade de continuarem a poder imprimir cadernos de 32 páginas de revistas.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 40%.

Foi iniciada a instalação, no final do 1º trimestre de 2002, de uma nova unidade Heidelberg Sunday 4000 de 48 páginas, decisão determinada pela necessidade de no 2º semestre do ano imprimir Listas a 4 cores a que foi acoplada uma unidade de stacker “Civiemme”.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1. Produção das Rotativas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2002	1º Semestre/2001
607.656	595.785

Constatamos um acréscimo de produção das Rotativas de 11,8 milhões de cadernos, em relação a período homólogo de 2001, equivalente a cerca de 2%, tendo o 2º trimestre com uma produção de 335,2 mil milhões de cadernos atenuado a perfomance anormalmente baixa registada no 1º trimestre do ano. Para a evolução verificada concorreu o significativo crescimento da impressão de Folhetos/Catálogos.

Em finais de 1999 o Sector de acabamento de revistas dispunha de três linhas de ponto-arame “*Muller-Martini*” modelo 300 e uma linha de ponto-arame “*Heidelberg*”, apoiadas em “back-up” por duas máquinas mais antigas, uma das quais recondicionadas em 1999, e ainda uma encartadora-envelopadora “*Bhurs Zandaam*”, preparada para operações de pós-acabamento.



No ano de 2000 e para manter ajustadas as capacidades de impressão e acabamento, esta foi reforçada com a instalação de uma linha de ponto-arame Muller- Martini, modelo “*Tempo*” com capacidade para 15.000 exemplares/hora e um sistema de tambor “*Ferag*” com capacidade para 22.000 exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “*Corona*” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “*Image*” montado em linha de alimentação “*Bhurs Zandaam*” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “*Creo Scitex*”.

Impressão de Jornais

O quadro geral de máquinas é, neste momento, o seguinte:

- 1 Máquina Harris 845, com 8 corpos, c/ n.º pág./cad 80(16), imprimindo a 25 000 ex./hora
- 1 Máquina Harris 845, c/ 9 corpos, c/ n.º pág./caderno 96(24), imprimindo a 28 000 ex./hora
- 2 Máquinas Harris Mercury, c/ 12 corpos, c/ n.º pág./caderno 48(16), imprimindo a 45 000 ex./hora

Este parque de máquinas configurava a solução adequada para o leque de editores/títulos servidos pela Lisgráfica até à saída dos títulos da Lusomundo e foi complementado oportunamente com a instalação de um Sistema de Encartadeiras Thorsted à saída com capacidade de duplicação do número de páginas em cada edição sem perda de velocidade de saída.



O novo processo de transporte à chapa – Computer To Plate – relativamente aos jornais diários está a funcionar em pleno permitindo beneficiar de todas as vantagens decorrentes para os editores em matéria de alargamento de tempo disponível para a redacção e economia de película.

A actividade do Departamento pode ser ilustrada pelo seguinte quadro:

Impressão (Mil Exemplares)

1º Semestre/2002	1º Semestre/2001
92.348	115.322

Em resultado das movimentações ocorridas em consequência da saída dos títulos da Lusomundo, e da paragem de apoio à Mirandela na impressão do Público e outros títulos registou-se uma redução da tiragem de 23 milhões, equivalente a cerca de 20%, sendo que o número de páginas A4 impressas no semestre atingiu a expressão de 3.187 milhões, registando um decréscimo de 19,2%.

Em consequência da citada saída dos títulos da Lusomundo, por um lado, e da intenção já manifestada por um dos editores, que pretende ampliação do número de páginas a côn, que se irá traduzir naturalmente no aumento do número de páginas tendência, de resto, verificada na Europa, sem descartar a hipótese do aparecimento de novos títulos, a Lisgráfica estuda o reajustamento e reconfiguração dos seus meios de produção por forma a rentabilizá-los face às necessidades e prioridades dos editores admitindo, para além disso, realizar um investimento em “finishing” que complemente a sua linha actual e satisfaça cabalmente as necessidades do mercado.

Impressão de Boletins

A actividade deste Departamento evoluiu do seguinte modo:

Produção de Boletins (Mil Boletins)

1º Semestre/2002	1º Semestre/2001
54.400	89.850

Verifica-se um decréscimo, em relação ao semestre homólogo, de cerca de 36 milhões de boletins (40%) que, de resto, vem confirmar a tendência anterior e traduz o abrandamento de actividade correspondente à transição da gama tradicional de Boletins de “duas vias c/químico” para a nova gama e “uma via” para leitura on-line.



Tendo terminado em 31/12/97 o contrato de três anos para impressão dos Boletins, foi aquele contrato prorrogado pelo Cliente para o ano de 1998 e, em finais do ano, aberto novo concurso internacional ganho pela Lisgráfica, válido por períodos de um ano prorrogável, por acordo das partes, até ao final de 2001.

A Lisgráfica iniciou, entretanto, a pedido da Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa a produção de uma gama nova de Boletins para leitura on-line, cujo lançamento irá ser feito ao longo deste ano.

A produção anual deverá situar-se nos 120 milhões de Boletins, tendo a linha de produção sido concebida em 1994, a pedido do cliente, para 500 milhões/ano (10 milhões/semana), donde facilmente se alcança o actual desajustamento entre meios disponíveis e necessários, realidade que leva a encarar a hipótese de afectação de uma das rotativas a outros produtos.

Impressão de Listas

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas de Páginas Amarelas, S.A. associadas à celebração de um contrato de “Printing Agreement” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela entidade em Portugal.

Para este trabalho dispõe o Departamento de Listas de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias. Prevendo aquele instrumento contratual a impressão a quatro cores de alguns cadernos das Listas Telefónicas, possibilidade não oferecida por aquele parque de máquinas, foi contratada e executada pelo construtor durante o ano de 2000 a operação de “duplexagem” de duas Rotativas Harris Heidelberg 850 do Departamento de Impressão de Revistas, que permitirá a impressão a quatro cores de cadernos de Listas Telefónicas de 64 páginas e/ou, em alternativa, a impressão em quadricromia de cadernos de 32 páginas de revistas.

Produção de Listas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2002	1º Semestre/2001
218.358	258.653



O cumprimento de tal obrigação contratual e o ajustamento do programa de produção, levou a encarar a necessidade de instalação de uma terceira rotativa Sunday 4000 de 48 páginas no Departamento de Impressão de Revistas que, quando necessário, apoia a impressão de Listas como irá acontecer no caso concreto da Lista de Lisboa Classificada.

A produção comparada acima referida indica uma redução de 40 milhões de cadernos (15,5%), traduzindo uma alteração do plano editorial que irá concentrar no 2º semestre do exercício um maior volume de produção, a par da transição para a quadricromia que arranca com a Lista de Lisboa Classificada.

Investimento

Durante o semestre em análise, o investimento efectuado assumiu a expressão de 7.623 mil euros, ressaltando como variações mais significativas as seguintes:

Edifícios e Outras Construções	3,9 mil euros
Equipamentos Básicos	52,7 mil euros
Equipamento de Transporte	4,0 mil euros
Outras Imobilizações	0,5 mil euros
Imobilizações em Curso	7.561,7 mil euros

registando-se, entretanto alienações e abates na rubrica “Equipamento Básico” no valor de cerca de 27,5 mil euros

A variação significativa ocorrida em “Imobilizações em Curso” reflecte a celebração de um Contrato de leasing mobiliário tendente à aquisição da Rotativa Sunday 4000 de 48 páginas a, cuja instalação se iniciou no 2º trimestre, no valor de cerca de 6,6 milhões de euros, bem como a aquisição do Stacker Civiemme associado a tal rotativa, as obras de construção do maciço para implantação da rotativa e outras obras de menor dimensão.

A passagem para Imobilizações Corpóreas depende da entrada em funcionamento do equipamento em condições de perfeita normalidade que se estima vir a acontecer durante o mês de Outubro.

Tais variações implicaram que o Activo Imobilizado Bruto Técnico se tenha fixado, em 30 de Junho de 2002 em 172,8 milhões de euros.

Finanças

Em cumprimento das disposições legais procedeu-se no ano anterior à redenominação do “Empréstimo Obrigacionista Lisgráfica/97”, ajustando a sua extensão por forma a poder ser expresso em Euros, o valor nominal de cada obrigação passou a ser de 0,01 Euro (um centímo).



Foi cumprido o Serviço da Dívida relativamente aos Empréstimos Obrigacionistas, restringidos actualmente às “Obrigações Lisgráfica/97” envolvendo um esforço financeiro de 2.621,4 mil euros, correspondentes aos juros do 1º semestre de tal Empréstimo no valor de 177,4 mil euros e à terceira amortização do Empréstimo no valor de 2.444 mil euros.

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 2.854 mil euros; deste valor, 2.123 mil euros representam amortização de capital e 731 mil euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 30/6/02, representam um total de 37.107 mil euros, subdivididos em 7.087 mil euros qualificados como responsabilidades a um ano e 30.020 mil euros como responsabilidades a M/L prazo.

Foram, durante o semestre, celebrados novos contratos no valor de 6.727,5 mil euros onde avulta o Contrato celebrado com a Sudleasing, envolvendo a terceira rotativa Sunday 4000, no valor de 6.601 mil euros.

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 2,950 milhões de euros.

Tratando-se de um título com liquidez reduzida e integrado num mercado cada vez mais periférico, as acções da Lisgráfica sofreram, no semestre, uma queda de cerca de 1,34 euro, não escapando à queda generalizada que a maioria dos títulos registaram em idêntico período.

A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções que detinha no final do exercício anterior.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados nos exercícios anteriores e a redução de Meios Libertos em 2001 e 2002, em consequência da conjuntura, decidiu a gestão, para além das medidas enumeradas no início deste capítulo, contactar as Instituições bancárias com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2002 e 2003, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

Nesse quadro prosseguiram durante o semestre tais negociações tendo-se fechado em Junho uma operação com o BCP de 9.477.160 euros, a sete anos, destinada a consolidar responsabilidades exigíveis em 2002, a utilizar faseadamente e de que em 30/6/02 estavam utilizados cerca de 3,5 milhões de euros.

Prosseguem, entretanto, contactos tendentes à alienação de activos não operacionais envolvendo, eventualmente, algumas participações financeiras.



Mercado

As considerações feitas no capítulo 2.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o 1º semestre do ano explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante tal período.

A forte desaceleração da actividade foi particularmente sentida na área em que a Empresa opera na justa medida em que o impacto criado pela redução do investimento publicitário – primeiro sintoma de retracção - determina a reacção dos editores nas tiragens e volume das publicações, fechando-se o ciclo no volume da actividade gráfica.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do semestre e indicam os efeitos resultantes das medidas empreendidas pela gestão no que se prende com a composição qualitativa da Produção e Vendas da Lisgráfica.

Registaram-se algumas movimentações indicando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira, mas no que respeita à Lisgráfica nenhum reflexo destas movimentações se fez sentir, salvo no tocante a preços que importa manter concorrenciais, o que implica cuidados especiais em matéria de produtividade, tendo-se agudizado sobremaneira a concorrência em matéria de preços, esmagando as margens, designadamente no que toca à Família de Folhetos/Catálogos em que a concorrência é particularmente agressiva.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico.

Durante o semestre a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente “*Os Meus Livros*” da First Media Comunicação, publicação mensal de divulgação da cultura, “*Receitas de Sucesso*”, publicação mensal editada pela Presspeople de divulgação culinária, “*Revista Xis*”, editada em Abril pelo Público que funciona como Suplemento semanal do jornal, a revista “*SOS Saúde*”, publicação mensal dirigida à saúde e editada pela Saude Press, e a “*Revista do ACP*” publicação mensal distribuída aos sócios do ACP e editada pelo Automóvel Club de Portugal.

Entretanto, por suspensão de publicação, perdemos a revista “*Interweb*”, publicação mensal editada pela Impala, e por mudança de gráfica, por razões de preço, perdemos “*A Dica da Semana*”, jornal semanal editado pelo Lidl.

Prosseguindo a política de optimização de rentabilização de meios entre a Lisgráfica e a Heska, foram executados trabalhos durante o semestre, nomeadamente no âmbito da impressão e acabamento de Folhetos/Catálogos para os Grandes Espaços, que representaram cerca de 1,5 milhões de euros, enquanto que recorremos a subcontratação junto daquela associada com uma extensão de cerca de 350 mil euros.



Consciente de que a conjuntura que atravessamos não é a mais favorável e face aos condicionalismos de crescimento dos segmentos em que tradicionalmente opera, a Lisgráfica tomou as medidas que entendeu possíveis, no momento, no sentido de contornar a retracção de actividade com que os produtos tradicionais se confrontam e nesse sentido, celebrou contratos de impressão de Folhetos e Catálogos com os Grandes Espaços, representando no semestre cerca de 4,2 milhões de euros com papel incorporado atenuando, parcialmente a quebra registada nos segmentos tradicionais.

Neste domínio, para além do contrato resultante do acordo com o Público/Sonae que envolvia os Folhetos/Catálogos do “Modelo” e “Continente”, imprimimos Folhetos para o “Grupo Pão de Açúcar”, “Grupo Feira Nova”, “El Corte Inglês”, “Lidl”, “Macro”, etc.

No domínio dos Jornais a Lisgráfica está em fase de repensar a sua estratégia neste sector e, como consequência da sua nova filosofia para este segmento perdeu um conjunto de jornais não diários, designadamente, “Jornal dos CTT”, “Jornal de Amadora/Sintra”, “Veritas”, “O Emigrante”, “Notícias da Amadora”, “Jornal Luso Helvético”..

Em matéria de Listas Telefónicas, no início do 2º semestre iniciar-se-á a impressão das Listas a quatro cores, para o que dispomos das duas M850 duplexadas e se vai dispôr da terceira Sunday 4000, estando em fase de concretização a prorrogação do prazo do “Printing Agreement” com o Editor.



3. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Vamos, de seguida, apresentar um conjunto de indicadores de natureza económica e financeira que ilustram a actividade desenvolvida ao longo do semestre.

3.1. Volume de Vendas / Facturação.

As Vendas comparadas 1º semestre de 2002, versus período homólogo de 2001, ventiladas por grandes famílias de produtos, evoluíram do seguinte modo:

Famílias	2002	2001	Variação (+/-)
Revistas	10.446,4	12.715,5	(2.269,1)
Suplementos	2.491,0	3.668,5	(1.177,5)
Jornais	2.495,7	3.229,9	(734,2)
Boletins	252,3	661,0	(408,7)
Catálogos / Folhetos	4.180,2	1.503,3	2.676,9
Listas	2.261,8	2.257,5	4,3
<i>NOTA: valores em milhares de euros.</i>	22.127,4	24.035,7	(1.908,3)

Os valores acima denunciam uma variação negativa de 1,908 milhões de euros, equivalente a 7,9%.

O quadro acima denuncia evolução desfavorável na Família “Revistas”, que registou um retrocesso de (13,2%), na Família, “Jornais” (17,5%), na Família “Boletins” (24,6%) e na Família “Listas” (14,2%) enquanto que denuncia evolução favorável nas Famílias “Suplementos” (9,2%); e “Catálogos/Folhetos” (17,6%).

Esta evolução entre semestres homólogos corrobora e vem na linha das considerações feitas acerca da actividade de cada uma das áreas de negócio da Empresa e do respectivo desenvolvimento na secção Mercado do Capítulo 2.

Esta análise é, de resto, confirmada pela comparação das Margens Brutas - diferença entre as Vendas e a Matéria Prima incorporada - porque resulta corrigida a maior ou menor incorporação de papel.



Assim:

Famílias	2002	2001	Variação (+/-)
Revistas	8.182,6	9.538,5	(1.355,9)
Suplementos	2.084,3	3.102,2	(1.017,9)
Jornais	1720,0	1.884,4	(164,4)
Boletins	179,7	374,7	(195,0)
Catálogos / Folhetos	1.135,7	687,1	448,6
Listas	2.075,1	2.101,6	(26,5)
<i>NOTA: valores em milhares de euros.</i>	15.377,4	17.688,5	(2.311,1)

Concluímos, assim, que corrigido o efeito da incorporação de matérias-primas, as Vendas decresceram na realidade cerca de 2.311 mil euros, em todas as Famílias salvo Catálogos/Folhetos, equivalentes a 13%, sendo que expurgámos dos números acima as vendas de papel não transformado.

3.2. Imobilizações

O valor das imobilizações líquidas evoluiu do seguinte modo entre Dez/01 e Jun/02:

	2002	2001	Variação (+/-)
Imobilizações Incorpóreas	11.472,0	11.835,7	(363,7)
Imobilizações Corpóreas	89.126,4	93.574,3	(4.447,9)
Imobilizações em Curso	15.372,4	7.810,7	7.561,7
Imobilizações Financeiras	16.708,6	16.779,3	(70,7)
<i>NOTA: valores em milhares de euros.</i>	132.679,4	130.000,0	2.679,4

A redução de valor das Imobilizações Corpóreas resulta da compensação das aquisições do período de cerca de 61 mil euros com as alienações de 27,5 mil euros, e com as amortizações praticadas no semestre de 4.481,5 mil euros.

A redução das Imobilizações Incorpóreas resulta quase que exclusivamente das amortizações praticadas no semestre no valor de 364,8 mil euros, uma vez que as aquisições apenas representam 1,1 mil euros.

O forte incremento registado em Imobilizações em Curso deriva, como já referimos, da instalação de uma rotativa Sunday 4000 para imprimir revistas/listas, ao abrigo de um contrato de locação financeira, bem como da instalação de um stacker associado a tal rotativa e, ainda, das obras de construção necessárias à respectiva instalação.



A variação operada em Imobilizações Financeiras decorre, por um lado do efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro em empresas do grupo e associadas (400,8 mil euros), dos adiantamentos realizados por conta de investimentos financeiros ao Guião (342,4 mil euros) e do efeito líquido do abate na rubrica “Títulos e Outras Aplicações Financeiras” (12,3 mil euros).

As participações financeiras detidas pela Lisgráfica em 30 de Junho de 2002 são as constantes do Quadro abaixo:

Empresas Detidas	Valores Contabilísticos	Capital Social	% Capital Social
Naveprinter	2.072,8	3.750	32
Gestigráfica	5.929,2	50	100
Guião	4.638,8	850	85
Videodata	723,3	250	100
Porenvel	311,4	51	50
Máquina de Estados	99,8	12,5	20

Nota: Valores em milhares de euros.

3.3. Valores Activos e Passivos

As rubricas que integram o Activo e o Passivo evoluíram assim:

Activo	30.06.02	31.12.01	Variação (+/-)
Disponível	3.565	1.542	2.023
Créditos M/L Prazo	-	-	-
Créditos C/Prazo	23.230	15.925	7.305
Existências	2.278	2.206	72
Imobilizações	132.679	130.000	2.679
Acréscimos / Diferimentos	664	790	(126)
<i>Nota: Valores em milhares de euros.</i>	162.416	150.463	11.953



Passivo	30.06.02	31.12.01	Variação (+/-)
Provisão Riscos e Encargos Diversos	1.250	1.250	-
Débitos C/ Prazo	56.684	53.657	3.027
Débitos M/L Prazo	79.586	68.273	11.313
Acréscimos / Diferimentos	4.407	4.143	264
<i>Nota: Valores em milhares de contos.</i>	141.927	127.323	14.604

As variações mais significativas nas rubricas do Activo Líquido, registaram-se nas Imobilizações, em Créditos a Curto Prazo e nas Disponibilidades no sentido do crescimento, sendo menos expressivas as registadas em Existências, e Acréscimos e Diferimentos a primeira no mesmo sentido e a segunda em sentido inverso.

O crescimento das “Imobilizações” está directamente ligado às operações referidas no Capítulo dedicado a Imobilizações, nomeadamente às operações registadas em Imobilizações em Curso, relacionadas com a instalação da rotativa Sunday 4000, e outro equipamento de apoio, temperadas pelo efeito das alienações e das amortizações praticadas no semestre.

A evolução dos “Créditos de Curto Prazo” resultou do crescimento do saldo de Clientes (7.323 mil euros), decorrente de algum alargamento do prazo médio de cobranças, reforçado com a diferença de tratamento da operação “factoring” no final do semestre, do crescimento do saldo da rubrica “Adiantamentos a Fornecedores de Imobilizado” (352 mil euros) resultante de adiantamentos feitos no âmbito da aquisição da rotativa Sunday e do stacker Civiemme, efeito minorado pelo decréscimo dos créditos sobre Empresas do Grupo (380 mil euros).

As “Disponibilidades” cresceram 2.023 mil euros, como consequência da passagem para o primeiro dia útil de Julho da liquidação da prestação do “Empréstimo Obrigacionista/97”, vencido em 30/6/02, domingo, no valor de cerca de 2,4 milhões de euros.

As Existências registaram um incremento marginal de 72 mil euros, por efeito conjugado de uma redução dos stocks de matérias-primas e subsidiárias de cerca de 164 mil euros e de um crescimento de Produtos e Trabalhos em Curso de cerca de 237 mil euros.

Os “Acréscimos e Diferimentos” activos decresceram 126 mil euros.

O Activo líquido cresceu, no semestre, cerca de 11.953 milhares de euros (7,9%).

Os Débitos a Curto Prazo cresceram 3.027 mil euros, sendo de evidenciar o crescimento da rubrica “Fornecedores, c/c”, na ordem dos 4 milhões de euros, “Fornecedores - Títulos a Pagar” de cerca de 712 mil euros, “Fornecedores de Imobilizado-Títulos a Pagar” de cerca de 312 mil euros, evolução traduzindo um alargamento do prazo médio de pagamentos, uma expressiva redução de cerca de 4,5 milhões de euros na rubrica “Dívidas a Instituições de Crédito” reflectindo a reclassificação das linhas de financiamento em resultado das negociações visando a consolidação, um incremento de cerca de 967 mil euros na rubrica “Fornecedores de Imobilizado, c/c” ligada às responsabilidades a um ano dos contratos de leasing novos, um acréscimo de cerca de 983 mil euros na rubrica “Estado e Outros Entes



“Públicos” e uma redução de cerca de 324 mil euros na rubrica “Adiantamento de Clientes”, em resultado da regularização parcial da operação realizada no ano anterior, um incremento de cerca de 130 mil euros na rubrica “Empresas do Grupo”, um acréscimo de cerca de 448 mil euros na rubrica “Outros Empréstimos Obtidos”, relacionado com a reclassificação do subsídio reembolsável do IAPMEI, e um acréscimo de cerca de 175 mil euros na rubrica “Outros Credores” relacionado com a operação Factoring.

As variações ocorridas nos Débitos a M/L prazo, que ascendem a 11.314 mil euros, traduzem o crescimento de cerca de 8.375 mil euros dos Empréstimos Bancários; reflectindo o crescimento do endividamento e o efeito da reclassificação em função da consolidação da dívida, o incremento dos créditos das Locadoras em 3,5 milhões de euros como reflexo do recurso a tal fonte para financiamento ao investimento; o crescimento de 107 mil euros de responsabilidades tituladas por letras de fornecedores de equipamento estrangeiros e a redução de cerca de 670 mil euros verificada em Outros Empréstimos Obtidos decorrente do reescalonamento do Subsídio Reembolsável do IAPMEI e da sua amortização parcial.

Neste sentido, o Passivo total cresceu, no semestre, cerca de 14.605 milhares de euros (11,4%).

3.4. Despesa

Os encargos do semestre evoluíram assim, face a período homólogo de 2001:

	2002	2001	Variação (+/-)
CMVMC	6.833	6.282	551
Subcontratos	1.181	1.240	(59)
FSE	3.031	4.176	(1.145)
Despesas C/ Pessoal	5.935	6.424	(489)
Despesas Financeiras	3.742	4.182	(440)
Amortizações/Provisões	4.505	4.632	(127)
Outras Despesas e Encargos	438	2.728	(2.290)
<i>Nota: Valores em milhares de euros.</i>	25.665	29.664	(3.999)

Para um volume de actividade de 22,666 milhões de euros, inferior ao do 1º semestre do ano anterior em 1.734 mil euros (7,1%), os Custos Totais assumiram a expressão de 25,665 milhões de euros, registando uma variação favorável de cerca de quatro milhões de euros (13,5%).

Representando cerca de 30,8% da facturação do semestre em 2002, contra 26,1% em período homólogo de 2001 e verificando-se uma retracção nominal das Vendas de 1,9 milhões de euros, o incremento registado no CMVC de 551 mil euros no 1º semestre de 2002, traduz por um lado uma substancial redução no peso relativo do papel não



transformado (83 mil euros em 2002, contra 1.021 mil euros em 2001) e, por outro lado, um incremento da incorporação de papel próprio na produção, por efeito de fornecimento de papel para a impressão de Folhetos/Catálogos (3.555 mil euros em 2002, contra 1.839 mil euros em 2001). Acresce um ligeiro agravamento de meio ponto no consumo de Tintas, também em consequência da predominância da impressão de Folhetos e um ligeiro crescimento da rentabilidade no tratamento de chapas na nova unidade de CTP de revistas.

A rubrica de Subcontratos registou uma redução de 59 mil euros, representando 5,3% da facturação em 2002, contra 5,2% em 2001. Esta evolução explica-se pelo menor recurso a meios alheios por força da redução da actividade no período, ilustrada pela redução uniforme em todas as especialidades (Fotolito, Impressão e Acabamento) a despeito da colaboração nos dois sentidos com a Heska.

Os FSE registaram uma economia de 1.145 mil euros (27,4%), representando 13,7% da facturação do 1º semestre de 2002, contra 18,2% em idêntico período de 2001; esta evolução traduz as medidas tomadas de controlo rigoroso dos custos e verifica-se em praticamente todas as rubricas com particular realce para Conservação onde a economia representa 562 mil euros, Trabalhos Especializados com uma economia de 225 mil euros, Combustíveis com um desagravamento de 70 mil euros, e Outros FSE com cerca de 200 mil euros.

As Despesas com Pessoal desceram 489 mil euros (7,6%) em relação a idêntico período do ano transacto. Representando 26,8% da facturação, contra 28% no ano anterior, a respectiva economia assenta na redução de alguns efectivos (200 mil euros) em resultado das medidas tomadas de reformulação do regime laboral de alguns sectores, da não atribuição do 15º mês (100 mil euros) e da redução de horas extraordinárias (150 mil euros), medidas que irão prosseguir no 2º semestre.

As Despesas Financeiras registaram uma economia de 440 mil euros (10,5%), traduzindo um peso relativo sobre a facturação de 16,9% contra 18,2% em período homólogo de 2001.

A evolução referida, tendo em conta que os Passivos remunerados eram de algum modo semelhantes, deve-se a uma evolução favorável das taxas. Verifica-se evolução no sentido da economia em quase todas as rubricas mas, com maior expressão, em Juros de Obrigações (215 mil euros), Juros de Empréstimos (134 mil euros), Juros de Leasing (180 mil euros) e Juros de Factoring (78 mil euros), tendo-se, em contrapartida agravado os Outros Encargos Financeiros (150 mil euros).

Mantendo-se consistência total nos critérios utilizados nas amortizações e provisões, e tendo em consideração que o incremento das imobilizações do semestre se limitou praticamente a imobilizações em curso, a redução de 126 mil euros nesta rubrica assenta na queda das amortizações de bens próprios que terminaram a sua vida útil (225 mil euros), tendo as amortizações de bens em leasing registado um aumento de 99 mil euros.



Os Custos/Perdas Extraordinários registaram uma redução de 2.308 mil euros, contribuindo de forma significativa para o desvio da despesa no semestre em análise. Haviam corrido, de forma determinante, para aquele custo no 1º semestre de 2001, a anulação de 1.695 mil euros de juros, em resultado do acordo celebrado com o Público, bem como o registo em Perdas em Imobilizações de cerca de 738 mil euros, correspondente à provisão criada no final de 2000 e correspondente à participação financeira no Comércio do Porto.

No semestre em análise verificou-se um custo extraordinário de cerca de 190 mil euros, cuja maior componente se traduziu numa reclamação satisfeita de 150 mil euros.

3.5. Capital Próprio

A respectiva evolução face a 31/12/01 foi a seguinte:

	30/6/02	31/12/01	Variação (+/-)
Capital Social	20.000	20.000	-
Reservas / Resultados Transitados/Ajustamentos	3.140	14.476	(11.336)
Resultados Líquidos do Semestre	(2.652)	(11.336)	8.684
<i>Nota: Valores em milhares de euros.</i>	20.488	23.140	(2.652)

A evolução registada no Capital Próprio deve-se ao resultado líquido do semestre, cuja explicação é fornecida no ponto 3.7.

A evolução verificada em Reservas/Resultados Transitados/Ajustamentos durante o semestre, em relação ao saldo registado no final do exercício de 2001, traduz a afectação a Resultados Transitados do prejuízo verificado no exercício anterior, por relevação da deliberação da Assembleia Geral, sendo que aquele resultado está afectado em cerca de 5,9 milhões de euros resultantes de saneamentos feitos às contas de 2001 e que, nessa medida, nada têm a ver com a operação.

3.5. Indicadores Económico-Financeiros e de Actividade

O quadro abaixo apresenta a evolução de alguns indicadores nos semestres em análise:



	unid.	2002	2001
Produção	(mil euros)	22.666	24.400
Activo líquido	(mil euros)	162.416	173.634
Capitais próprios	(mil euros)	20.488	36.417
Despesas com pessoal	(mil euros)	5.935	6.424
Produção per capita	(mil euros)	87,1	88,7
Remuneração per capita	(mil euros)	22,8	23,5
VAB	(mil euros)	15.294	17.754
Meios libertos	(mil euros)	1.853	573
Autonomia financeira	(%)	12,6	21,0
CMVMC / Facturação	(%)	30,8	26,1

3.7. Resultados

A evolução da rubrica Resultados foi a seguinte:

	2002	2001
Resultados Operacionais	934	1.416
Resultados Financeiros	(3.597)	(3.894)
Resultados Correntes	(2.663)	(2.478)
Resultados antes de Impostos	(2.652)	(4.059)
Resultados Líquidos	(2.652)	(4.059)

Nota: Valores em milhares de euros.

A conjuntura altamente desfavorável em que se desenvolveu a actividade da Lisgráfica, caracterizada por um lado, pelo forte impacto da retracção do investimento publicitário, emagrecimento das publicações, suspensão de novos projectos por parte dos editores e reflexo no nível de actividade da Empresa, quebra de confiança dos consumidores e, por outro lado, pelo agudizar da concorrência interna e espanhola, implicando esmagamento de preços nalguns segmentos de mercado, implicou que as performances negativas registadas em 2001 se tenham arrastado para o 1º semestre do corrente ano.

Os Resultados Operacionais apurados foram de 934 mil euros, contra 1.416 mil contos em 2001, resultando a variação negativa de 482 mil euros da diferença negativa apurada nas Margens Brutas de cerca de 2.285 mil euros,



– não suficientemente compensada pelas economias registadas nas outras componentes dos Custos Operacionais – Subcontratos/FSE de cerca de 1.204 mil euros, Despesas com Pessoal de cerca de 489 mil euros e Amortizações/Provisões cerca de 127 mil euros.

Tendo sido explicado com detalhe a evolução dos Custos em 3.4 importa sublinhar que o comportamento das Margens Brutas se fica a dever a uma quebra nas Vendas de 1.909 mil euros, associado a um incremento dos CMCV de cerca de 551 mil euros em resultado do consumo de papel a Família Folhetos/Catálogos, de certo modo amenizados por uma variação positiva da Produção em Curso e de Outros Proveitos Operacionais.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de 3.597 mil euros negativos, contra 3.894 mil euros negativos no semestre homólogo de 2001, resultando a diferença favorável de 297 mil euros do desagravamento registado em Encargos Financeiros de cerca de 440 mil euros e da diferença desfavorável de 143 mil contos em Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes situaram-se no primeiro semestre de 2002 em 2.663 mil euros negativos, contra 2.478 mil euros negativos no período equivalente de 2001, resultando a diferença de 185 mil euros do efeito conjugado da degradação dos Resultados Operacionais e da melhoria dos Resultados Financeiros.

O Resultado Líquido apurado no 1º semestre de 2002 foi de 2.652 mil euros negativos, contra 4.059 mil euros negativos no semestre homólogo de 2001, reflectindo as condições desfavoráveis em que a Empresa operou e que implicaram a descida dos Resultados Operacionais, com alguma recuperação nos Resultados Financeiros e uma descida considerável nos Resultados Extraordinários.

Não se verificaram negócios, no semestre, entre os Administradores e a Sociedade.

Não se tendo registado durante o semestre operações sobre acções próprias, a sociedade mantém em carteira as 52.213 acções que detinha no final do exercício de 2001.

Foi mantido o princípio da consistência contabilística em matéria de amortizações de activos imobilizados, do tratamento dos bens adquiridos em regime de leasing e, ainda, da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras.

A este respeito, foi aplicado o método da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras, exceptuando as adquiridas no final do exercício de 2000 (Guião, Videodata e Máquina de Estados). Em relação às participações financeiras no Guião e na Videodata é intenção do Conselho de Administração aliená-las ou encontrar um parceiro no curto prazo que as ajude a desenvolver, sendo nossa convicção que não existirão menos valias ou perdas decorrentes destas transacções. Em relação às participações financeiras na Porenvel e na Máquina de Estados,



não foi aplicado o método da equivalência patrimonial por ser reduzida a sua actividade e por a empresa não ter posição de controlo.

Reiteramos aos Senhores Accionistas o apelo feito no Relatório do exercício de 2001, no sentido de que, apesar de confiantes na eficácia das medidas tomadas tendentes a minorar o efeito da crise conjuntural e das iniciativas desencadeadas junto das Instituições Financeiras para ajudar a Empresa a ultrapassar esta fase de constrangimentos, tomem na devida nota a situação financeira da Empresa.



4. PERSPECTIVAS FUTURAS

Operando no primeiro semestre na conjuntura que caracterizámos, a Lisgráfica atingiu Vendas de 22,127 milhões de euros que geraram um resultado Operacional de 934 mil euros, Resultados Antes de Impostos de 2.652 mil euros negativos e proporcionou Meios Libertos de 1.853 mil euros.

Dada a conjuntura em que operámos e não se vislumbrando que o cenário de abrandamento económico se venha a dissipar, havendo fortes dúvidas entre os analistas sobre a data provável da retoma, avolumadas pelas consequências de uma eventual crise no Médio Oriente, a circunstância de o segundo semestre ser tradicionalmente mais forte que o primeiro e o crescimento da facturação de Listas por efeito da quadricromia não permite, ainda assim, antever que haja condições para cumprir com sucesso o Programa e os Orçamentos Económico – Financeiros em matéria de Receitas, havendo a convicção de que em matéria de Custos nos aproximemos das metas contidas em tais Documentos.

Em matéria de projectos para o segundo semestre avulta a continuação da execução do Programa de Investimentos em curso, designadamente a recepção do Edifício do Guião, bem como a instalação e arranque no terceiro trimestre do ano da nova Sunday 4000 para revistas/listas e equipamento periférico.

Pensamos estar em condições de tomar a decisão no tocante ao investimento no Departamento de Jornais, condicionado pela assinatura de um contrato com o Editor e da encomenda do equipamento.

Pensamos concretizar a alienação de algum(s) elementos do activo não necessários à operação e fazer algumas abordagens sobre a possibilidade de desinvestir nalguma(s) participação financeira não estratégica.

Por outro lado, pensamos virem a existir condições no segundo semestre para tomar uma decisão quanto ao destino do Guião nomeadamente quanto à sua reorganização no sentido do desenvolvimento da sua actividade no âmbito das “novas economias” e/ou eventual entrada de um parceiro.

A Empresa prepara-se para a transição para a Certificação de Qualidade ao abrigo da Norma ISO 9001:2000.

Queluz de Baixo, 5 de Setembro de 2002

O Conselho de Administração

António Brás Monteiro – Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO NOS TERMOS DOS ARTIGOS NÚMEROS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1 – Nos termos do nº 5 do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, quaisquer transacções envolvendo acções da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração.

2 – Nos termos do nº 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de accionistas que, na data de encerramento do exercício social, eram titulares de acções da Empresa:

- GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.: 2.924.521 acções (73,11%).
- OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. : 194.192 acções (4,85%).

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS (IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO)

Em 30 de Junho de 2002 a GESTPRINT – S.G.P.S., S.A. detém 2.924.521 acções da LISGRÁFICA que representam 73,113% dos direitos de voto correspondentes.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRAIS ANEXAS REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2002 (VALORES EM EURO)

Autofinanciamento	1.853.443
-------------------	-----------

Acções próprias (Quantidade, Valor Unitário e Valor Nominal):

52.213 a € 5	260.437
--------------	---------

Durante o Semestre não foram efectuadas operações sobre acções próprias.



BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001
 (Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	2002			2001
		AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	10	91.917	91.848	69	19.034
Trespasses	10	13.898.270	2.426.324	11.471.946	11.955.427
		13.990.187	2.518.172	11.472.015	11.974.461
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	10	10.818.078	-	10.818.078	12.184.585
Edifícios e outras construções	10	34.223.299	9.343.349	24.879.950	26.727.427
Equipamento básico	10	109.544.305	57.534.996	52.009.309	57.447.048
Equipamento de transporte	10	730.652	443.678	286.974	335.028
Ferramentas e utensílios	10	86.650	51.189	35.461	41.999
Equipamento administrativo	10	1.266.391	760.525	505.866	601.675
Outras imobilizações corpóreas	10	760.388	169.618	590.770	617.926
Imobilizações em curso	10	15.372.390	-	15.372.390	8.998.798
		172.802.153	68.303.355	104.498.798	106.954.486
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	10,16	11.291.252	-	11.291.252	11.168.075
Partes de capital em empresas associadas	10,16	2.483.919	-	2.483.919	2.813.837
Títulos e outras aplicações financeiras	10	14.964	-	14.964	27.394
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	10	2.918.438	-	2.918.438	2.063.507
		16.708.573	-	16.708.573	16.072.813
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias-primas,subsidiárias e de consumo	41	2.013.387	23.350	1.990.037	2.900.191
Produtos e trabalhos em curso		283.154	-	283.154	117.517
Mercadorias	40	4.634	-	4.634	4.634
	34	2.301.175	23.350	2.277.825	3.022.342
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Outros devedores	23,34	8.339.823	8.339.823	-	6.046.159
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Cientes, conta corrente		21.768.833	-	21.768.833	20.397.881
Cientes - títulos a receber		411.740	-	411.740	1.023.089
Cientes de cobrança duvidosa	23,34	8.266.620	8.266.620	-	41.675
Empresas do grupo	16	135.197	-	135.197	1.148.492
Adiantamentos a fornecedores	23,34	33.066	28.566	4.500	32.686
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		353.391	-	353.391	1.018
Estado e outros entes públicos	48	139.267	-	139.267	490.338
Outros devedores	23,34	3.573.364	3.156.697	416.667	1.606.943
		34.681.478	11.451.883	23.229.595	24.742.122
Titulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis		669.876	-	669.876	669.876
		669.876	-	669.876	669.876
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		2.888.112	-	2.888.112	3.074.281
Caixa		7.227	-	7.227	11.243
		2.895.339	-	2.895.339	3.085.524
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos		-	-	-	10.280
Custos diferidos	49	663.970	-	663.970	1.056.160
		663.970	-	663.970	1.066.440
Total de amortizações			70.821.527		
Total de provisões			19.815.056		
Total do activo		253.052.574	90.636.583	162.415.991	173.634.223

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001
(Montantes expressos em Euro)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2002	2001
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	36,37 e 40	20.000.000	20.000.000
Acções próprias - Valor nominal	40	(260.437)	(260.437)
Acções próprias - Descontos e prémios	40	(212.544)	(212.544)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	(2.330.357)	(2.330.357)
Reservas de reavaliação	40	28.021.789	28.021.789
Reservas:			
Reserva legal	40	906.512	906.510
Outras reservas	40	7.912	7.912
Resultados transitados	40	(22.992.612)	(5.656.588)
Subtotal		23.140.263	40.476.285
Resultado líquido do semestre	40	(2.651.804)	(4.059.406)
Total do capital próprio	40	20.488.459	36.416.879
PASSIVO:			
Provisões para riscos e encargos:			
Outras provisões para riscos e encargos	34	1.250.000	-
Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	50	2.444.010	4.888.319
Dívidas a instituições de crédito	50	26.887.478	27.938.683
Outros empréstimos obtidos	50	19.981.968	16.299.443
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		252.958	296.336
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	30.020.166	28.228.982
		79.586.580	77.651.763
Dividas a terceiros - Curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	50	4.888.319	4.888.020
Dívidas a instituições de crédito	50	4.803.101	8.634.261
Fornecedores, conta corrente		14.160.325	7.458.655
Fornecedores - facturas recepção e conferência		217.347	47.585
Fornecedores - títulos a pagar		3.583.713	2.564.884
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		765.621	488.742
Empresas do grupo	16	170.049	39.505
Adiantamentos de clientes		1.172.175	-
Outros empréstimos obtidos	50	4.505.668	3.541.465
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	12.417.835	13.058.619
Estado e outros entes públicos	48	2.127.057	721.726
Outros credores	51	7.872.778	14.627.816
		56.683.988	56.071.278
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	49	2.226.469	1.887.007
Proveitos diferidos	49	2.180.495	1.607.296
		4.406.964	3.494.303
Total do passivo		141.927.532	137.217.344
Total do capital próprio e passivo		162.415.991	173.634.223

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001
(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2002		2001	
CUSTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:					
Mercadorias		82.990		1.021.453	
Matérias		6.750.010	6.833.000	5.260.123	6.281.576
Fornecimentos e serviços externos			4.212.463		5.416.476
Custos com o pessoal:					
Remunerações		4.261.551		4.726.828	
Encargos sociais:					
Pensões		15.000		15.782	
Outros		1.657.976	5.934.527	1.681.233	6.423.843
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	4.505.247		4.631.568	
Provisões		-	4.505.247	-	4.631.568
Impostos		240.860		217.581	
Outros custos e perdas operacionais		6.411	247.271	13.073	230.654
(A)					22.984.117
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	872.001		556.120	
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	45	41		125	
Juros e custos similares:					
Relativos a empresas do grupo		-		-	
Outros	45	2.870.186	3.742.228	3.625.627	4.181.872
(C)			25.474.736		27.165.989
Custos e perdas extraordinários	46		190.065		2.498.339
(E)			25.664.801		29.664.328
Imposto sobre o rendimento do semestre			-		-
(G)			25.664.801		29.664.328
Resultado líquido do semestre			(2.651.804)		(4.059.406)
			23.012.997		25.604.922
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias		339.406		1.086.965	
Produtos		21.788.014		22.948.734	
Prestações de serviços	44	-	22.127.420	-	24.035.699
Variação da produção	42		237.638		(69.562)
Trabalhos para a própria empresa			47.000		217.361
Proveitos suplementares		254.195		216.897	
Outros proveitos operacionais		-	254.195	-	216.897
(B)			22.666.253		24.400.395
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	117.833		127.099	
Rendimentos de participações de capital	45	13.286		-	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:					
Outros		-		-	
Outros juros e proveitos similares:					
Outros	45	13.980	145.099	160.463	287.562
(D)			22.811.352		24.687.957
Proveitos e ganhos extraordinários	46		201.645		916.965
(F)			23.012.997		25.604.922
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			933.745		1.416.278
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =			(3.597.129)		(3.894.310)
Resultados correntes: (D) - (C) =			(2.663.384)		(2.478.032)
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			(2.651.804)		(4.059.406)
Resultado líquido do semestre: (F) - (G) =			(2.651.804)		(4.059.406)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Vitor Manuel Condinho da Silva

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto da Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2002

(Montantes expressos em Euro)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, jornais, boletins e listas telefónicas. A Empresa participa ainda no capital de um conjunto de empresas (Nota 16), que actuam essencialmente no mercado de impressão e actividades conexas. A Empresa irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas com as das empresas em que participa.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que compreendem as despesas incorridas com aumentos de capital e trespasses ("goodwill") encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes. As despesas com aumentos de capital são amortizadas durante um período de três e os trespasses durante o período estimado de recuperações dos investimentos (Nota 3.d)).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavalido de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, excepto, os imóveis afectos à actividade industrial, que foram objecto de uma reavaliação extraordinária efectuada no exercício de 2000, com base em relatórios de avaliação efectuados por entidades independentes. Esta reavaliação extraordinária implicou àquela data, aumentos de Euro 21.958.923 e Euro 2.900.375, respectivamente, nos valores das referidas imobilizações e respectivas amortizações acumuladas. Em 30 de Junho de 2002, o efeito líquido desta reavaliação extraordinária nos capitais próprios da Empresa ascende a Euro 16.065.220 (Nota 13).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sobre os valores de custo ou reavaliados dos imobilizados, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	20 a 40
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	8 a 14
Ferramentas e utensílios	8 a 10
Equipamento administrativo	6 a 16
Outras imobilizações corpóreas	16

Como resultado das reavaliações efectuadas ao abrigo das disposições legais (Nota 12), as amortizações do semestre findo em 30 de Junho de 2002, foram aumentadas em Euro 421.515. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em, aproximadamente, Euro 3.726.000, decorrente das reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais e em, aproximadamente, Euro 9.572.220 decorrente da reavaliação extraordinária (Nota 13).

A Empresa difere as despesas suportadas com grandes reparações efectuadas no equipamento básico que comprovadamente prolongarão a sua vida útil. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de cinco anos.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.b), são registados como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros nas empresas Guião – Divulgação Promocional Indústrias e Comércio, S.A. (“Guião”), Máquinas de Estados – Sistemas Informáticos, Electrónicos e de Telecomunicações, Lda. (“Máquinas de Estados”) e Videodata – Desenvolvimento Base de Dados, S.A. (“Videodata”) encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os restantes investimentos financeiros nas empresas do grupo e associadas estão registados pelo método da equivalência patrimonial. Na data da primeira aplicação deste método (1 de Janeiro de 1997) as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios das empresas participadas reportados a essa data, foram registadas no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Em exercícios subsequentes, o valor das participações financeiras foi ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros, bem como por outras variações verificadas nos capitais próprios dessas empresas por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. As diferenças apuradas após 1 de Janeiro de 1997, na aquisição de investimentos financeiros, são registadas em trespasses e são amortizadas no período em que se estima recuperar aqueles investimentos e que actualmente se estabelece entre dez e vinte anos.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas) como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-

-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao respectivo valor de mercado.

f) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

g) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 49).

h) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento da aquisição de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos (Nota 49), e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

i) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 30 de Junho de 2002. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos ou custos na demonstração de resultados.

j) Impostos diferidos

Os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação não estão a ser registados, mas são divulgados tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística nº 28 (Nota 6).

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 32%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 35,2%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos para os períodos tributáveis iniciados em 1 de Janeiro de 1998 e cinco anos para os anteriores (dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 1997 a 2001 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2002.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 30 de Junho de 2002, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, Euro 17.900.000, a que corresponde Euro 5.900.000 de impostos diferidos activos.

Por outro lado, decorrente das reavaliações de imobilizado corpóreo efectuadas (Nota 13) existem impostos diferidos passivos que se estimam em Euro 3.651.000.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002 e 2001 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 499 e 528 empregados, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, no semestre findo em 30 de Junho de 2002, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto				
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Adições	Alienações e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	90.794	-	1.123	-	91.917
Trespasses	13.898.270	-	-	-	13.898.270
	<u>13.989.064</u>	<u>-</u>	<u>1.123</u>	<u>-</u>	<u>13.990.187</u>
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	10.818.078	-	-	-	10.818.078
Edifícios e outras construções	34.219.352	-	3.947	-	34.223.299
Equipamento básico	109.519.083	-	52.698	(27.476)	109.544.305
Equipamento de transporte	726.672	-	3.980	-	730.652
Ferramentas e utensílios	86.649	-	1	-	86.650
Equipamento administrativo	1.266.391	-	-	-	1.266.391
Outras imobilizações corpóreas	759.894	-	494	-	760.388
Imobilizações em curso	7.810.709	-	7.561.681	-	15.372.390
	<u>165.206.828</u>	<u>-</u>	<u>7.622.801</u>	<u>(27.476)</u>	<u>172.802.153</u>
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	11.494.932	(203.680)	-	-	11.291.252
Partes de capital em empresas associadas (Nota 16)	2.681.077	(197.158)	-	-	2.483.919
Títulos e outras aplicações financeiras	31.478	-	-	(16.514)	14.964
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	2.576.022	-	342.416	-	2.918.438
	<u>16.783.509</u>	<u>(400.838)</u>	<u>342.416</u>	<u>(16.514)</u>	<u>16.708.573</u>

Em 30 de Junho de 2002 a rubrica “Trespasses” respeita ao goodwill gerado na aquisição de empresas participadas e tem a seguinte composição:

	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Gestigráfica	13.663.347	2.391.086	11.272.261
Porenvel	234.923	35.238	199.685
	<u>13.898.270</u>	<u>2.426.324</u>	<u>11.471.946</u>

Estes valores encontram-se a ser amortizados no período estimado de recuperação dos investimentos, actualmente fixado em vinte anos para a Gestigráfica e dez anos para a Porenvel.

O aumento ocorrido no primeiro semestre de 2002, nas imobilizações corpóreas em curso, refere-se essencialmente à montagem de uma máquina de impressão, no montante de Euro 6.887.877, adquirida através de locação financeira (Nota 15).

Em resultado da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas em 30 de Junho de 2002, registaram-se os seguintes movimentos:

Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45)	(518.671)
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 45)	117.833
	<u><u>(400.838)</u></u>

A rubrica “Adiantamentos por conta de investimentos financeiros” refere-se na sua totalidade a adiantamentos para futuros aumentos de capital da participada Guião.

Rubricas	Amortizações acumuladas				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	80.337	11.511	-	-	91.848
Trespasses	<u>2.072.994</u>	<u>353.330</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.426.324</u>
	<u><u>2.153.331</u></u>	<u><u>364.841</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>2.518.172</u></u>
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	8.815.877	527.472	-	-	9.343.349
Equipamento básico	53.682.091	3.865.067	(12.162)	-	57.534.996
Equipamento de transporte	421.798	21.880	-	-	443.678
Ferramentas e utensílios	47.961	3.228	-	-	51.189
Equipamento administrativo	701.105	59.420	-	-	760.525
Outras imobilizações corpóreas	<u>152.950</u>	<u>16.669</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>169.618</u>
	<u><u>63.821.782</u></u>	<u><u>4.493.736</u></u>	<u><u>(12.162)</u></u>	<u><u>(1)</u></u>	<u><u>68.303.355</u></u>
Investimentos financeiros:					
Títulos e outras aplicações financeiras (Nota 45)	<u>4.211</u>	<u>41</u>	<u>(4.252)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>4.211</u></u>	<u><u>41</u></u>	<u><u>(4.252)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Os aumentos de amortizações no semestre findo em 30 de Junho de 2002, encontram-se registados na demonstração de resultados como segue:

Amortizações do imobilizado incorpóreo	11.511
Amortizações de imobilizado corpóreo	<u>4.493.736</u>
	<u><u>4.505.247</u></u>
Amortização dos trespasses (Nota 45)	<u>353.330</u>
	<u><u>4.858.577</u></u>

11. CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS

Em 30 de Junho de 2002, a Empresa incluiu na rubrica de “Imobilizações em curso” o montante de Euro 178.439, relativo a encargos financeiros incorridos com financiamentos obtidos para aquisições de imobilizado, durante o seu período de montagem.

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliações efectuadas ao abrigo de disposições legais em 30 de Junho de 2002, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

Rubricas	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Terrenos e recursos naturais	2.019.360	504.840	2.524.200
Edifícios e outras construções	4.931.372	1.102.357	6.033.729
Equipamento básico	7.878.035	2.623.766	10.501.801
	<u>14.828.767</u>	<u>4.230.963</u>	<u>19.059.730</u>

Adicionalmente, a Empresa procedeu durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, a uma reavaliação extraordinária de imóveis, do que resultou um acréscimo líquido do imobilizado e dos capitais próprios aquela data de Euro 19.058.548 (Nota 3.b)). Em 30 de Junho de 2001 o valor líquido reavaliado ascendia a Euro 16.065.220, sendo que um montante aproximado de Euro 6.493.000 respeita a “Terrenos e recursos naturais” e um montante aproximado de Euro 9.572.220 respeita a “Edifícios e outras construções” (Nota 3.b)).

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2002, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Custo	Reavaliação	Amortização acumulada	Valor líquido
Edifícios e outras construções	10.095.976	2.019.360	2.423.054	9.692.282.
Equipamento básico	62.085.546	8.293.550	34.211.243	36.167.853
Equipamento de transporte	364.940	-	211.038	153.902
Ferramentas e utensílios	36.617	-	10.680	25.937
Equipamento administrativo	79.745	-	13.057	66.688
Imobilizações em curso (Nota 10)	<u>14.151.356</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.151.356</u>
	<u>86.814.180</u>	<u>10.312.910</u>	<u>36.869.072</u>	<u>60.258.018</u>

Em 30 de Junho de 2002, a Empresa tinha registado na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta-corrente” um montante de Euro 37.107.176, relativo a contas a pagar às locadoras, dos quais Euro 30.020.166 estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano.

Em 30 de Junho de 2002, as responsabilidades da Empresa como locatária, relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira, são como segue:

2002 / 2003	7.087.010
2003 / 2004	6.032.899
2004 / 2005	5.883.111
2005 / 2006	5.469.454
2006 e seguintes	<u>12.634.702</u>
	<u>37.107.176</u>

16. EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2002, os principais elementos financeiros das empresas do grupo e associadas extraídos das respectivas demonstrações financeiras não auditadas naquela data, eram como segue:

Empresas do grupo:

Designação	Activo	Capital Próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Gestigráfica - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Gestigráfica”) (a)	20.622.597	7.791.154	80.941	(203.680)	100%	5.929.175
Guião – Divulgação Promocional Indústrias e Comércio, S.A. (b)	6.313.844	197.762	2.748.902	(861.247)	85%	4.638.820
Videodata – Desenvolvimento Base e de Dados, S.A. (b)	588.337	98.444	-	(154.134)	100%	<u>723.257</u>
						<u>11.291.252</u>

- (a) O valor do investimento financeiro na Gestigráfica foi deduzido da mais-valia de Euro 2.173.447 apurada no exercício de 1999 pela Lisgráfica, relativa à alienação à Gestigráfica de diversas participações financeiras em empresas participadas, tendo igualmente sido acrescido de outras regularizações no montante de Euro 143.327. O resultado líquido negativo gerado por esta participada no semestre findo em 30 de Junho de 2002 resultou essencialmente da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido das suas participadas.
- (b) Estas participações encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo que no caso do Guião se encontram em curso negociações com diversas entidades, com o objectivo de alienar, no todo ou em parte, a participação financeira nesta empresa.

Empresas associadas:

Designação	Activo	Capital Próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Naveprinter - Indústria Gráfica do Norte, S.A. (a)	32.613.481	6.477.356	7.010.536	(731.408)	32	2.072.754
Máquina de Estados – Sistemas Informáticos, Electrónicos e de Telecomunicações, Lda. (b)	133.698	18.705	248.671	24.336	20	99.760
Porenvel - Distribuição, Comércio e Serviços, S.A.	800.001	578.094	686.944	20.276	50	<u>311.405</u>
						<u>2.483.919</u>

- (a) A Gestigráfica detém uma participação de 9,0256% do capital da Naveprinter pelo que a percentagem efectiva de participação que detém nesta empresa é de aproximadamente 41% do respectivo capital.

(b) Os valores apresentados referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, última informação disponível. Esta participação financeira encontra-se registada ao custo.

No primeiro semestre de 2002, os saldos com empresas do grupo e associadas, são conforme segue:

	Clientes, conta corrente	Outros devedores	Empresas do grupo	Fornecedores, conta corrente	Empresas do grupo	Outros credores
Gestigráfica	584	-	-	-	39.505	355.632
Heska	1.881.730	-	519	3.411.099	-	-
Grafimadeira	98.251	11.672	55.923	-	-	-
Grafilis	68.390	-	-	727.994	-	288.879
Gestprint	-	-	66.232	-	130.544	-
Naveprinter	244.375	79.585	7.697	1.730.388	-	-
Guião	431.897	-	2.918	8.754	-	-
Máquina de Estados	-	7.537	1.908	-	-	-
Vídeodata	-	2.226	-	-	-	-
	<u>2.725.227</u>	<u>101.020</u>	<u>135.197</u>	<u>5.878.235</u>	<u>170.049</u>	<u>644.511</u>

No primeiro semestre de 2002, as transacções com empresas do grupo são como segue:

	Custo das matérias consumidas	Fornecimentos e serviços externos	Vendas de produtos	Outros proveitos
Heska	2.123.813	348.905	1.511.986	150.161
Grafilis	-	197.028	53.768	5.092
Grafimadeira	-	-	11.895	40.547
	<u>2.123.813</u>	<u>545.933</u>	<u>1.577.649</u>	<u>195.800</u>

22. EXISTÊNCIAS EM TRÂNSITO, CONSIGNADAS OU À GUARDA DE TERCEIROS

Em 30 de Junho de 2002, as existências à guarda de terceiros ascendiam a Euro 42.483.

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 30 de Junho de 2002, existiam dívidas consideradas de cobrança duvidosa de Euro 19.791.706 estando provisionadas na sua totalidade (Nota 34).

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 30 de Junho de 2002, a Empresa tinha as seguintes dívidas activas e passivas com o pessoal:

Saldos devedores	55.110
Saldos credores	1.636.650

Os saldos credores correspondem aos encargos com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal, a pagar após o primeiro semestre de 2002 (Nota 49).

26. DÍVIDAS TITULADAS

Em 30 de Junho de 2002, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas, no montante de Euro 2.311.315.

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

Em 30 de Junho de 2002, existiam empréstimos bancários nos montantes de Euro 1.496.394, Euro 3.607.872 e Euro 2.244.000, garantidos por hipotecas sobre alguns edifícios propriedade da Lisgráfica. (Nota 50).

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2002, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas a favor de terceiros no montante de Euro 1.261.598. Este valor refere-se essencialmente a uma garantia bancária a favor das Páginas Amarelas, S.A. para garantir o bom pagamento da dívida para com aquela entidade.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reduções (Nota 46)	Saldo final
Provisões para cobranças duvidosas (Nota 23)	19.791.931	(225)	19.791.706
Provisões para depreciação de existências	23.350	-	23.350
Provisões para investimentos financeiros (Nota 10)	-	-	-
Provisões para outros riscos e encargos	<u>1.250.000</u>	<u>-</u>	<u>1.250.000</u>
	<u>21.065.281</u>	<u>(225)</u>	<u>21.065.056</u>

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2002, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.000.000 de acções com o valor nominal de cinco Euro cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

A seguinte pessoa colectiva detém mais de 20% do capital subscrito em 30 de Junho de 2002:

Nome	Percentagem	Montante
GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	73,11%	14.622.000

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	20.000.000	-	-	20.000.000
Acções próprias – Valor nominal	(260.437)	-	-	(260.437)
Acções próprias – Descontos e prémios	(212.544)	-	-	(212.544)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 10)	(2.330.357)	-	-	(2.330.357)
Reservas de reavaliação	28.021.789	-	-	28.021.789
Reserva legal	906.512	-	-	906.512
Outras reservas	7.912	-	-	7.912
Resultados transitados	(11.656.586)	(1)	(11.336.025)	(22.992.612)
Resultado líquido do período	(11.336.025)	(2.651.804)	11.336.025	(2.651.804)
	<u>23.140.264</u>	<u>(2.651.805)</u>	<u>-</u>	<u>20.488.459</u>

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12) e de reavaliações extraordinárias efectuadas no exercício de 2000 (Nota 3 b) e 13). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

O resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, foi na sua totalidade transferido para resultados transitados.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no semestre findo em 30 de Junho de 2002, foi determinado como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	4.634	2.178.934
Compras	82.990	6.589.914
Regularização de existências	-	(5.451)
Existências finais	<u>(4.634)</u>	<u>(2.013.387)</u>
	<u>82.990</u>	<u>6.750.010</u>

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no semestre findo em 30 de Junho de 2002, é como segue:

Existências finais	283.154
Existências iniciais	(45.516)
	<u>237.638</u>

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no semestre findo em 30 de Junho de 2002, foram como segue:

Conselho de Administração	108.590
Conselho Fiscal	10.476
	<u>119.066</u>

44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços no semestre findo em 30 de Junho de 2002, distribuem-se da seguinte forma:

Mercado interno	22.122.543
Mercado externo	4.877
	<u>22.127.420</u>

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

	2002	2001
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	2.672.512	3.377.365
Perdas em empresas do grupo e associadas (a)	872.001	556.120
Amortizações de investimentos em imóveis (Nota 10)	41	125
Diferenças de câmbio desfavoráveis	40	938
Descontos de pronto pagamento concedidos	43.949	41.036
Outros custos e perdas financeiros	<u>153.685</u>	<u>206.288</u>
	3.742.228	4.181.872
Resultados financeiros	<u>(3.597.129)</u>	<u>(3.894.310)</u>
	<u>145.099</u>	<u>287.562</u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	11.847	151.290
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	117.833	127.099
Diferenças de câmbio favoráveis	387	1.122
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.746	8.051
Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>13.286</u>	<u>-</u>
	<u>145.099</u>	<u>287.562</u>

- (a) A rubrica “Perdas em empresas do grupo e associadas”, inclui o montante de Euro 353.330 (Nota 10) referente à amortização dos trespasses apurados na aquisição de empresas participadas, e o montante de Euro 518.671 (Nota 10) correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos de empresas participadas.

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

	2002	2001
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	5.986	41.400
Perdas em imobilizações	-	738.480
Perdas em existências	1.036	-
Multas e penalidades	150.725	22.191
Outros custos e perdas extraordinários	32.318	1.696.268
	<hr/> 190.065	<hr/> 2.498.339
Resultados extraordinários	11.580	(1.581.374)
	<hr/> 201.645	<hr/> 916.965
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em imobilizações e existências	59.757	22.541
Benefícios de penalidades contratuais	1.646	5.108
Reduções de provisões (Nota 34)	225	741.473
Correcções relativas a exercícios anteriores	2.336	-
Outros proveitos e ganhos extraordinários	137.681	147.843
	<hr/> 201.645	<hr/> 916.965

A rubrica "Outros proveitos e ganhos extraordinários" é composta como segue:

Subsídios a imobilizações corpóreas (Nota 3.h)	93.689
Mais-valias diferidas relativas a operações de relocação financeira	43.972
Outros	20
	<hr/> 137.681

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2002, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Retenções na fonte	2.369
Pagamento especial por conta	748
Imposto sobre o Valor Acrescentado	<hr/> 136.150
	<hr/> 139.267

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares - retenções na fonte	524.909
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	3.900
Imposto sobre o Valor Acrescentado	434.165
Contribuições para a Segurança Social	1.159.991
Outros impostos	4.092
	<hr/> 2.127.057

As contas a pagar relativas a Imposto sobre o Valor Acrescentado, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – retenções na fonte e Contribuições para a Segurança Social, incluem valores vencidos nos montantes de, Euro 312.315, Euro 381.312 e Euro 854.038, respectivamente, relativos ao primeiro semestre de 2002.

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2002, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Custos diferidos:

Conservação plurienal	181.533
Juros antecipados	223.583
Seguros	33.317
Gastos com emissão de obrigações	71.400
Outros	154.137
	<u>663.970</u>

Acréscimos de custos:

Encargos com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal (Nota 25)	1.636.650
Juros vencidos e não pagos	306.064
Fornecimentos e serviços externos	283.755
	<u>2.226.469</u>

Proveitos diferidos:

Subsídios ao investimento (Nota 3.h))	1.309.533
Mais-valias diferidas (a)	870.962
	<u>2.180.495</u>

- (a) Esta mais-valia refere-se a uma operação de lease-back efectuada no exercício de 2001, com uma instituição financeira sobre um terreno da Empresa. Esta mais-valia está a ser diferida no período do contrato da referida operação.

50. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2002, o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários (a)	4.803.101	26.887.478
Empréstimos por obrigações:		
Emissão de 1988	299	-
Emissão de 1997 (b)	4.888.020	2.444.010
Outros empréstimos obtidos (c)	4.505.668	19.981.968
	<u>14.197.088</u>	<u>49.313.456</u>

- (a) Em 30 de Junho de 2002, os empréstimos bancários incluem um montante de Euro 1.496.394 (Nota 30), obtido junto do Banco BPI, S.A. (“BPI”), que vence juros à taxa Lisbor acrescida de 1,25%. Este empréstimo destinou-se a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos, às Páginas Amarelas, S.A. e está garantido por uma primeira hipoteca sobre as instalações adquiridas pela Empresa nessa operação. Do montante em dívida em 30 de Junho de 2002, Euro 124.000 vence-se no curto-prazo e Euro 1.372.394 vence-se a médio e longo prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui um empréstimo de Euro 2.244.000 (Nota 34) obtido junto do BPI destinado a financiar a aquisição do investimento na Gestigráfica. Daquele montante Euro 126.000 vence-se no curto prazo e Euro 2.118.000 a médio e longo prazo. Este empréstimo vence juros à taxa Lisbor acrescida de 1,25% e está garantido por segunda hipoteca às referidas instalações adquiridas às Páginas Amarelas, S.A. estando as receitas afectas às mesmas consignadas como garantia de pagamento deste empréstimo. Os restantes empréstimos bancários vencem juros a taxas anuais médias de 6,50%.

A principal condição (“covenant”) relativa aos empréstimos obtidos, existente em 30 de Junho de 2002, refere-se ao empréstimo bancário de Euro 4.572.314, e consiste na manutenção de um rácio de autonomia financeira de 25%. O seu incumprimento, poderá implicar o vencimento antecipado da dívida ou o aumento da taxa de juro. Daquele empréstimo, a parcela de Euro 831.326, vence-se a curto prazo e a parcela Euro 3.740.988 vence-se a médio e longo prazo.

Esta rubrica inclui um montante de Euro 3.607.872 que se vence no médio e longo prazo relativo a um empréstimo contraído junto do Banco Comercial Português, S.A. (“BCP”). Este empréstimo foi contratado por Euro 9.477.160 estando por utilizar a 30 de Junho de 2002 Euro 5.869.288. Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescido de 2,75% e está garantido por 3^a hipoteca das instalações associadas às Páginas Amarelas (Nota 34).

- (b) Empréstimo obrigacionista emitido em 26 de Junho de 1997, representado por 1.224.950.000 obrigações do valor nominal de Euro 0,01 cada. O empréstimo tem a duração de 6 anos, e o reembolso é efectuado em cinco prestações semestrais e iguais, nas datas de vencimento do 8º, 9º, 10º, 11º e 12º cupões, com possibilidade de reembolso antecipado por opção da Empresa, nas datas de pagamento do 6º, 8º e 10º cupões. Os juros vencem-se semestral e postecipadamente em 26 de Junho e 26 de Dezembro de cada ano. A taxa de juro é variável, correspondente à Lisbor a 6 meses, em vigor nos dois dias úteis antes do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,5%. Como garantia deste empréstimo respondem as receitas da Empresa.
- (c) O montante registado nesta rubrica na parcela de médio e longo prazo, em 30 de Junho de 2002, refere-se a emissões realizadas ao abrigo de três programas de papel comercial, como segue:

Programa/Emissão	Início	Vencimento	Taxa de juro	Montante
BCPM - 63 ^a emissão	03.06.02	03.07.02	3,687	2.493.989
BCPI - 60 ^a emissão	03.06.02	03.07.02	4,750	4.987.979
BCPI - 23 ^a emissão	03.06.02	03.07.02	3,687	2.493.989
BANIF - 21 ^a emissão	25.06.02	23.09.02	3,875	5.000.000
CGD - 3 ^a emissão	28.06.02	26.09.02	3,808	2.500.000
CGD - 4 ^a emissão	15.04.02	15.07.02	3,567	2.500.000
CGD - 4 ^a emissão	24.04.02	24.07.02	3,764	2.500.000
				<u>22.475.957</u>

Com excepção da 63^a emissão do BCPM, os empréstimos em papel comercial encontram-se registados a médio e longo prazo, uma vez que é intenção do Conselho de Administração proceder a sucessivas renovações, nas datas de vencimento das diversas emissões.

Adicionalmente, nesta rubrica encontra-se incluído o subsídio reembolsável no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido durante os exercícios de 1996 e 1998 no montante total de Euro 5.167.207. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de 9 prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 30 de Junho de 2002, a Empresa amortizou o montante de Euro 3.155.529, encontrando-se em dívida um valor de Euro 2.011.678 o qual foi objecto de uma garantia prestada pelo BPI. A Empresa tem um depósito a prazo nesta entidade no montante de Euro 595.747 cuja movimentação está indexada à libertação da referida garantia. Este montante vence-se no curto prazo.

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas, o valor dos activos correntes é inferior ao exigível de curto prazo. Acresce que o Conselho de Administração, considera que os próximos exercícios se desenvolverão numa conjuntura económica menos favorável. Por estas razões, continuam as negociações com diversas instituições financeiras, tendo em vista o rescalonamento de alguns empréstimos bancários, de curto prazo para médio e longo prazo.

51. OUTROS CREDORES CURTO PRAZO

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2002, refere-se essencialmente a adiantamentos recebidos pela Empresa relativos a operações de factoring.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração:

António Brás Monteiro – Presidente

Vítor Manuel Condinho da Silva

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 45

REGISTO NA CMVM nº 232

NIPC 501 829 288

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR

REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL

(Montantes expressos em Euro)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do semestre findo em 30 de Junho de 2002 de Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”), incluída: no Relatório de Gestão, no balanço que evidencia um total de Euro 162.415.991 e um capital próprio de Euro 20.488.459, incluindo um resultado líquido negativo de Euro 2.651.804, na demonstração de resultados por naturezas para o semestre findo naquela data e no corresponde anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registo contabilísticos da Empresa.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação da informação financeira histórica semestral de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira, resultados ou fluxos de caixa.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2002 de Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

9. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade da Empresa a nível individual e não consolidado. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como disposto na Directriz Contabilística nº 9, através do qual são considerados nos resultados líquidos e no capital próprio os efeitos da consolidação dos resultados e dos capitais próprios das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos totais, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a apresentar em separado e que consiste em aumentar os activos e os passivos, excluindo interesses minoritários, em aproximadamente Euro 19.589.000 e Euro 19.433.000, respectivamente, e aumentar os proveitos totais em, aproximadamente, Euro 9.340.000.
10. Conforme mencionado no anexo às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2002, a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística nº 28. Àquela data os activos e passivos por impostos diferidos estimam-se em Euro 5.900.000 e Euro 3.651.000, sendo que serão realizáveis e exigíveis, respectivamente, caso a Empresa venha a registar resultados fiscais suficientes.
11. Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas, a Empresa tem vindo a registar prejuízos, sendo em 30 de Junho de 2002, o valor dos activos correntes inferior ao exigível de curto prazo. Tal como referido no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração tomou várias medidas e perspectiva ainda outras, tendentes à resolução da actual situação, que poderão passar pela alienação de activos, registando ganhos ou perdas decorrentes dessas medidas. A continuidade das operações da Empresa, depende do sucesso dessas medidas e da rendibilidade futura das suas operações.

Lisboa, 9 de Setembro de 2002

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2002

1º SEMESTRE

Nos termos da Lei, designadamente do que está contido no Art. 246º do Código do Mercado de Valores Mobiliários e do Regulamento 00/11, com a redacção dada pelo Regulamento 00/24 da CMVM, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço e a Demonstração de Resultados Consolidados reportados a 30 de Junho de 2002.

Toda a informação constante deste Relatório e das Demonstrações Financeiras em que está suportado respeitam à actividade e resultados das Empresas do Grupo durante o primeiro semestre do exercício.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

1.1. EVOLUÇÃO MACRO-ECONÓMICA

A divulgação dos dados macro-económicos correspondentes ao primeiro semestre de 2002 veio confirmar que a economia portuguesa se mantém numa trajectória de clara desaceleração e vivendo um clima de pessimismo e crise de confiança por parte dos agentes económicos.

As condicionantes externas para tal concorreram na medida em que a recuperação da actividade internacional continua adiada. A retoma nos EUA tarda, na zona Euro a desaceleração é norma e, no caso particular da Alemanha, um dos nossos principais parceiros, pode até regressar-se a uma situação de recessão.

O reacender de um novo foco de tensões no Médio Oriente, com a provável intervenção militar no Iraque, piora as perspectivas de recuperação e acarreta preocupações acrescidas no que se prende com a evolução do preço do crude e as tendências inflacionistas e contracionistas da economia que tal acontecimento pode desencadear.

Perante este clima depressivo, as previsões começam a ser revistas em baixa e os analistas económicos apontam horizontes cada vez mais dilatados para a retoma.

A maioria dos índices bolsistas encontram-se no final do semestre abaixo dos mínimos registados durante o período negro que se seguiu à tragédia do 11 de Setembro nos EUA, situação para a qual contribuíram os escândalos contabilísticos que envolveram empresas norte-americanas.

O Dow Jones desceu desde o início do ano cerca de 14,8%, o IBEX 35 cerca de 25%, o Nasdaq cerca de 36%, o FTSE cerca de 20% o Nikkei cerca de 11% e o PSI 20 acompanhou a tendência com uma queda de cerca de 24%.



Na vertente interna a generalidade dos indicadores revela que a debilidade da actividade se mantém e de forma persistente devendo prolongar-se até 2003 e nesse sentido apontam indicadores qualitativos como o índice de confiança dos consumidores e dos empresários, tal como indicadores quantitativos como sejam a produção industrial, vendas de cimento e vendas de automóveis.

Neste cenário em que os sinais de deterioração progressiva da conjuntura económica interna permanecem e em que a actividade económica internacional não apresenta sinais encorajadores, a revisão em baixa dos índices de crescimento leva a que se apontem para o ano de 2002 índices de crescimento situados no intervalo de 0,5% a 1% e para 2003 índices entre 1% e 1,5%, adiando para 2004 uma maior aceleração.

A inflação média em Portugal irá situar-se no ano corrente entre 3% e 3,5% não se confirmando as expectativas de uma derrapagem provocada pela elevação da taxa do IVA para 19%, para o próximo ano e na ausência de algum choque externo não previsível, salvo a escalada do preço do petróleo eventualmente provocada pela crise do Médio Oriente, deverá manter-se o processo desinflacionista, podendo a variação média dos preços vir a situar-se em 2,5%.

Num contexto de grande rigidez nas principais rubricas da despesa pública e de alguma incerteza quanto ao volume de impostos arrecadados, o cumprimento do défice de 3,8% do PIB como meta para o défice público em 2002 é o principal factor de risco com que se defronta a economia portuguesa, face às consequências de pelo segundo ano consecutivo Portugal poder violar o estipulado pelo PEC.

O recurso a receitas suplementares provenientes da alienação de bens patrimoniais do Estado poderá ajudar ao cumprimento daquela meta, caso a receita fiscal venha a situar-se abaixo das previsões orçamentais.

A dívida pública que se elevou em 2001 para 55,5% agravou-se no primeiro semestre de 2002 para 59,3%, ainda assim abaixo dos 60% fixados como tecto pelo PEC.

O défice corrente para o 1º semestre de 2002 elevou-se a pouco mais de 6 mil milhões de euros, o que representa uma queda de perto de 9% relativamente ao período homólogo de 2001, ou seja uma redução de cerca de 570 milhões de euros.

No conjunto, esta evolução favorável corresponde a um recuo de 10,7% para 9,4% do que este défice representa em relação ao PIB, admitindo-se que a trajectória de melhoria possa prolongar-se para 2003 em que se admite um registo à volta de 8,8%.

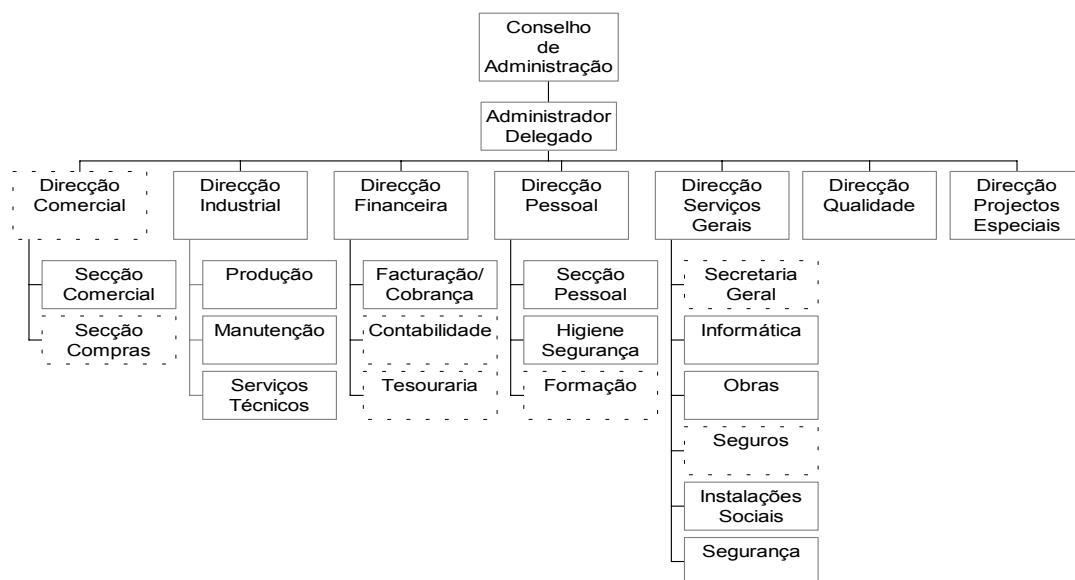


1.2. GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, no seu Anexo I, a Empresa dá conta, nos itens seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos aplicáveis.

1.2.1. – Divulgação de Informação

1. A Administração funciona de forma colegial, com um Administrador - Delegado ao qual reportam directamente sete Direcções: Comercial, Industrial, Financeira, Pessoal, Serviços Gerais, Qualidade e Projectos Especiais. O Conselho tem como objectivo a gestão e a coordenação das várias empresas que constituem o “Grupo”, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de uma mais valia da empresa e das suas participadas, através da prestação de serviços de qualidade, prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são seguidos sempre critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.



O Administrador Delegado, para além de efectuar a coordenação de toda a actividade da Empresa, acumula também a função da Direcção Comercial.

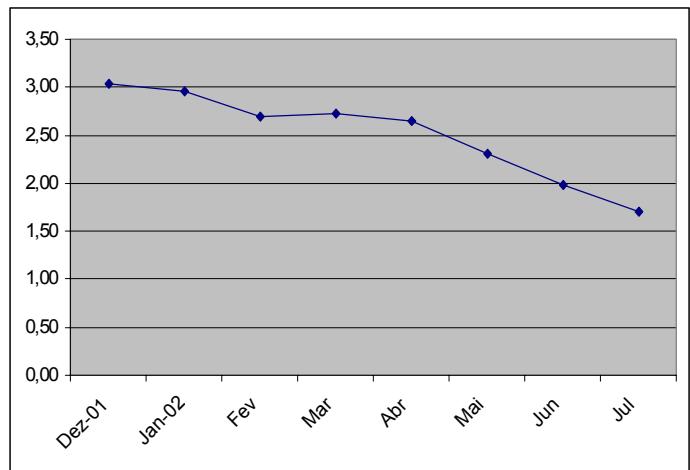


2. Não houve, no semestre em análise, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos.

A evolução da cotação das acções ao longo do semestre foi a ilustrada no gráfico abaixo.

Pouco depois da entrada em Bolsa verificou-se uma queda generalizada das cotações, que na maioria dos casos pouco teria a ver com o verdadeiro valor das empresas mas, mais decorrente das características de mercado accionista periférico e da baixíssima liquidez que possui.

Ao longo do semestre a cotação baixou cerca de 1,34 euros; as razões para tal evolução terão que se buscar nas condições em que a operação decorreu em consequência da queda da publicidade e da retracção dos editores, eventualmente na não atribuição de dividendos mas, antes de mais na incerteza que rodeia o mercado de capitais.



Nos exercícios seguintes à entrada em Bolsa - 1999 e 2000 - foram distribuídos dividendos representando cerca de 80\$00/acção, política abandonada em 2001 por força das circunstâncias que envolveram a actividade. Como princípio pode dizer-se que é nossa intenção distribuir lucros quando e sempre que for possível, sem com tal intenção afectar a segurança económico - financeira da empresa.

3. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
4. Não são utilizados meios electrónicos na divulgação dos documentos preparatórios das reuniões de assembleias nem na prestação de outras informações financeiras.
5. Gabinete de Apoio ao Investidor: não existe propriamente um Gabinete deste tipo, nem a situação justificaria. O Representante para as Relações com o Mercado é o Administrador, com particular competência para a área financeira e económica, Dr. José Luís André Lavrador, e todos os Accionistas ou interessados em informações da Sociedade são pessoalmente atendidos. O acesso é normal bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.

Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à informação a prestar ao mercado, a LISGRÁFICA tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em comunicados para a CMVM quer através de contactos com a comunicação social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatuária que afaste ou dificulte o voto por correspondência, nem qualquer outra limitação. Para participar nas Assembleias Gerais basta ter um voto, isto é, um mínimo de 100 acções (de 5 euros cada) e é necessário que essas acções estejam depositadas em nome do accionista na instituição financeira com a antecedência mínima de 8 dias em relação à data de realização da Assembleia.

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe formalmente aprovado um código de conduta específico para a LISGRÁFICA ou outros regulamentos internos, já que tal não se revela necessário. Os padrões de conduta são transmitidos de forma clara e inequívoca a todos os colaboradores pelos quadros dirigentes.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas e, mensalmente, pelo Revisor Oficial de Contas, que passa vários dias por mês na empresa e revê, controla e fiscaliza todos os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração a quem reporta os resultados das suas acções.
3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista. Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, SA) e a LISGRÁFICA conforme é referido no Anexo ao Relatório de Gestão.

1.2.4. – Orgão de Administração

1. O Conselho de Administração, cujos 5 membros são todos executivos, é composto pelas seguintes pessoas:

Presidente	Dr. António Brás Monteiro
Vogais	Dr. António Pedro Pinto de Ruella Ramos
	António Alexandre Brás Monteiro (Administrador Delegado)
	Dr. José Luis André Lavrador
	Engº António Pedro Marques Patrocínio

Administradores independentes, são, no conceito da sociedade, os que não têm interesse, participação ou relações especiais com a empresa maior accionista. Estão neste caso os Srs. Dr. José Luis André Lavrador e Engº António Pedro Marques Patrocínio.



O Senhor Dr. António Brás Monteiro: é também Administrador da “Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A.”, Presidente do Conselho de Administração da “Gestprint, SGPS, S.A.”, da “Grafimadeira-Empresa de Artes Gráficas da Madeira, S.A.” e da “Gestigráfica, SGPS. S.A.”

O Senhor Dr. António Ruella Ramos: é também Presidente do Conselho de Administração da “Renascença Gráfica, S.A.”, do “Diário de Lisboa, S.A.”, Administrador da “Gestprint, SGPS, S.A.”, Administrador da “Gestigráfica, SGPS, S.A.”, e Presidente da Assembleia Geral da “Grafimadeira-Empresa de Artes Gráficas da Madeira, S.A.” e da “Impreger, SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva;
3. O Conselho de Administração reúne praticamente todas as semanas, e o seu funcionamento está brevemente descrito no nº 1 de 1.2.1 deste Relatório;
4. Não existe qualquer comissão de controlo interno;
5. A remuneração dos titulares do Conselho de Administração não está ligada à evolução da cotação das acções nem dos resultados da sociedade;
6. Não existem prémios de desempenho nem partes variáveis da remuneração, e todos os administradores são executivos (nº 1 do Cap. 1.2.4). Os custos no exercício com o Conselho de Administração, no que se refere à sua remuneração, foram de 108.590 euros, e dizem respeito a três dos seus membros, uma vez que os outros dois são remunerados pela “GESTPRINT, SGPS, S.A.”, sociedade com a qual a LISGRÁFICA tem um contrato de gestão referido neste Relatório e no Anexo.



2.GRUPO LISGRÁFICA

O “Grupo Lisgráfica” é constituído pela LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A. e Empresas Subsidiárias e tem como actividade principal a impressão de Revistas, Jornais e Publicações Similares.

As empresas incluídas na consolidação, a sua actividade, data de constituição, respectivas sedes e proporção do capital detido pelo Grupo, em 30 de Junho de 2002 são conforme segue:

Empresa	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica, S.A.	Impressão de Revistas e Jornais	27-12-1973	Queluz de Baixo	-
Subsidiárias				
Grafilis, S.A.	Composição, Fotolito, Montagem	18-10-1984	Queluz de Baixo	100,00%
Grafimadeira, SA	Impressão de Revistas, Jornais e Panfletos	10-11-1978	Funchal	90,98%
Gestigráfica, SGPS, S.A.	Gestão de Participações Sociais	02-02-1993	Queluz de Baixo	100,00%
Heska, S.A.	Impressão de Revistas, e Folhetos Publicitários	07-11-1974	Campo Raso	100,00%

As empresas subsidiárias, Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, SA , Grafimadeira - Empresas de Artes Gráficas da Madeira, SA, Heska Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A., e Gestigráfica – SGPS., S.A. foram incluídas na consolidação pelo método da integração global, de acordo com o estabelecido na alínea a) do artigo 1º do Dec. – Lei 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).

As Empresas excluídas da consolidação, sua actividade, data de constituição, respectivas sedes e a proporção de capital detido pelo grupo em 30 de Junho de 2002, são as abaixo indicadas:

Empresa	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Guião	Edição e Distribuição de Guias	24-07-1969	Lisboa	85,00%
Videodata	Gestão de Base de Dados	05-03-1991	Porto	100,00%
Porenvel	Acab/Distrib Publicações	31-10-1991	Queluz Baixo	50,00%
Máquina de Estados	Concep. Análise e Program.	13-09-1997	Almada	20,00%



As Empresas acima enumeradas foram excluídas da consolidação tendo em consideração, no caso das duas primeiras, que a respectiva participação se concretizou mesmo no final do exercício de 2000 estando, nesta data, a decorrer negociações tendentes à respectiva alienação e/ou encontro de um parceiro que ajude ao respectivo desenvolvimento e, no caso da "Porenvel" e de "Máquina de Estados" a dimensão da participação e a não intervenção da Lisgráfica na respectiva gestão.

A actividade, data de constituição, sede e a proporção do capital detido pelo Grupo, em 30 de Junho de 2002, na associada Naveprinter - Indústria Gráfica do Norte, SA, são as indicadas abaixo:

Empresa	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
NavePrinter	Impressão de Revistas e Jornais	05-06-1990	Maia	41,02%

A participação financeira nesta empresa foi valorizada nas contas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial.



3. BREVES NOTAS E SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS MÃE E SUBSIDIÁRIAS

3.1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

3.1.1. Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, SA.

Os efeitos decorrentes da conjuntura económica de recessão sofrida pelo sector no exercício de 2001, e que se traduziram na forte queda do investimento publicitário em todos os meios mas com particular realce para o papel, a que os editores reagiram com o emagrecimento das revistas, redução de tiragens e suspensão de novos projectos que tivessem em carteira, subsistiu durante o semestre em análise e até se agudizou na primeira metade de tal semestre.

Tendo como pano de fundo a conjuntura económica recessiva, a quebra da confiança dos agentes económicos, reflectida na evolução das cotações bolsistas, e pelo colapso rodeado de escândalo, de algumas grandes empresas mesmo fora do sector das “novas economias” e do “e-commerce”, condicionantes estas ditadas em certa medida pelas sequelas do 11 de Setembro de 2001 nos EUA. o Sector Gráfico no primeiro semestre de 2002 foi condicionado pela continuação do forte dinamismo editorial com sinais cada vez mais fortes de concentração, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços entre unidades nacionais e até acentuada pela concorrência de Espanha, pela paragem no esforço de investimento, e pela incerteza que se instalou no mercado sobre a duração da crise.

Como reflexo da queda do investimento publicitário e da reacção dos Editores, registou-se um decréscimo de produção, cifrado em quase todas as áreas que, no seu global, atingiu cerca de 1,9 milhões de euros (7,9%) relativamente a período homólogo de 2001, mas com especial acuidade na *Família de Revistas Periódicas e Suplementos*, segmento mais sensível à publicidade, em que o decréscimo teve a expressão de 3,4 milhões de euros (21%), e na *Família Jornais* com um decréscimo de cerca de 734 mil euros (22,7%), aqui explicado pela saída dos títulos da Lusomundo e pela suspensão do apoio à impressão do Público e outros títulos da Mirandela durante o seu impedimento.

A *Família Folhetos e Catálogos*, como resultado das medidas implementadas já em 2001, como forma de tentar encontrar alternativas para a queda das outras Famílias, com vista a minorar os efeitos da crise da publicidade, registou um incremento de cerca de 2,7 milhões de euros (178%).

A *Família Listas Telefónicas* manteve a sua actividade ao nível do semestre homólogo, registando um crescimento residual, sendo que o crescimento esperado acontece no 2º semestre com o arranque da impressão em quadricromia a iniciar com a Lista de Lisboa Classificada.

A *Família Boletins*, em resultado da passagem ao regime dos Boletins on-line, e da queda de encomendas por parte da Sta. Casa, registou uma queda de 409 mil euros (61,8%).



As medidas tomadas durante o exercício de 2001, visando um controlo rigoroso dos Custos tiveram já alguns resultados práticos neste semestre como se alcança da comparação entre semestres, com uma redução de quatro milhões de euros (13,5%) nos custos totais, ainda que a economia nos Custos Operacionais se tenha quedado pelos 1,250 milhões de euros (5,4%).

Sublinha-se a redução operada em FSE de cerca de 1,2 milhões de euros (22,2%), em Despesas com Pessoal da ordem dos 490 mil euros (7,6%) em Custos Financeiros de cerca de 440 mil euros (10,5%) e em Amortizações de Imobilizado de cerca de 126 mil euros (2,7%); em contrapartida registou-se um incremento em CMCV de cerca de 550 mil euros (8,8%), derivados do aumento do consumo de papel incorporado nos Folhetos e Catálogos.

Continuaram as diligências tendentes à concretização das decisões tomadas em relação à alienação de activos não directamente ligados à operação, havendo fundadas esperanças de que, pelo menos alguns deles, se concretizem durante o 2º semestre.

Iniciou-se, durante o semestre, a instalação da 3ª rotativa Sunday 4000, bem como do Stacker Civiemme que lhe vai estar associado, no sentido de cumprir o programa de impressão de Listas a 4 cores acordado com o editor; nesse sentido vão estar comprometidas quer tal rotativa, quer as duas M850 duplexadas.

Prosseguiram as negociações com as Instituições bancárias envolvidas, tendentes à consolidação e reescalonamento da dívida no sentido de amenizar o esforço da tesouraria durante os exercícios de 2002 e 2003, tudo apontando para que tais negociações atinjam os objectivos prosseguídos.

Este conjunto de medidas conferiu às Contas da Empresa um maior rigor fazendo com que as Demonstrações financeiras assim construídas espelhem com maior verdade a realidade da Vossa Empresa.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

Impressão de Revistas

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no dealbar do ano de 2001 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2000, composto por nove rotativas, designadamente 3 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 2 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas durante o exercício de 2000, que imprimem cadernos de 48 páginas e operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e que estão



apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.

Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planatol” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam de agrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A instalação das duas M4000 permitiu a substituição de uma M850 que no final do ano, após trabalhos de reciclagem, foi cedida à Naveprinter e libertou duas outras M850 que foram objecto de duplexagem para as habilitar a imprimir cadernos a 4 cores de Listas Telefónicas, obrigação a que o contrato com o editor vinculou a Lisgráfica, independentemente da possibilidade de continuarem a poder imprimir cadernos de 32 páginas de revistas.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 40%.

Foi iniciada a instalação, no final do 1º trimestre de 2002, de uma nova unidade Heidelberg Sunday 4000 de 48 páginas, decisão determinada pela necessidade de no 2º semestre do ano imprimir Listas a 4 cores a que foi acoplada uma unidade de stacker “Civiemme”.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1. Produção das Rotativas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2002	1º Semestre/2001
607.656	595.785

Constatamos um acréscimo de produção das Rotativas de 11,8 milhões de cadernos, em relação a período homólogo de 2001, equivalente a cerca de 2%, tendo o 2º trimestre com uma produção de 335,2 mil milhões de cadernos atenuado a performance anormalmente baixa registada no 1º trimestre do ano. Para a evolução verificada concorreu o significativo crescimento da impressão de Folhetos/Catálogos.

Em finais de 1999 o Sector de acabamento de revistas dispunha de três linhas de ponto-arame “Muller-Martini” modelo 300 e uma linha de ponto-arame “Heidelberg”, apoiadas em “back-up” por duas máquinas mais antigas, uma das quais recondicionadas em 1999, e ainda uma encartadora-envelopadora “Bhurs Zandaam”, preparada para operações de pós-acabamento.



No ano de 2000 e para manter ajustadas as capacidades de impressão e acabamento, esta foi reforçada com a instalação de uma linha de ponto-arame Muller- Martini, modelo “*Tempo*” com capacidade para 15.000 exemplares/hora e um sistema de tambor “*Ferag*” com capacidade para 22.000 exemplares/hora.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “*Corona*” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “*Image*” montado em linha de alimentação “*Bhurs Zandaam*” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “*Creo Scitex*”.

Impressão de Jornais

O quadro geral de máquinas é, neste momento, o seguinte:

- 1 Máquina Harris 845, com 8 corpos, c/ n.º pág./cad. 80(16), imprimindo a 25 000 ex./hora
- 1 Máquina Harris 845, c/ 9 corpos, c/ n.º pág./caderno 96(24), imprimindo a 28 000 ex./hora
- 2 Máquinas Harris Mercury, c/ 12 corpos, c/ n.º pág./caderno 48(16), imprimindo a 45 000 ex./hora

Este parque de máquinas configurava a solução adequada para o leque de editores/títulos servidos pela Lisgráfica até à saída dos títulos da Lusomundo e foi complementado oportunamente com a instalação de um Sistema de Encartadeiras Thorsted à saída com capacidade de duplicação do número de páginas em cada edição sem perda de velocidade de saída.



O novo processo de transporte à chapa – Computer To Plate – relativamente aos jornais diários está a funcionar em pleno permitindo beneficiar de todas as vantagens decorrentes para os editores em matéria de alargamento de tempo disponível para a redacção e economia de película.

A actividade do Departamento pode ser ilustrada pelo seguinte quadro:

Impressão (Mil Exemplares)

1º Semestre/2002	1º Semestre/2001
92.348	115.322

Em resultado das movimentações ocorridas em consequência da saída dos títulos da Lusomundo, e da paragem de apoio à Mirandela na impressão do Público e outros títulos registou-se uma redução da tiragem de 23 milhões, equivalente a cerca de 20%, sendo que o número de páginas A4 impressas no semestre atingiu a expressão de 3.187 milhões, registando um decréscimo de 19,2%.

Em consequência da citada saída dos títulos da Lusomundo, por um lado, e da intenção já manifestada por um dos editores, que pretende ampliação do número de páginas a cor, que se irá traduzir naturalmente no aumento do número de páginas tendência, de resto, verificada na Europa, sem descartar a hipótese do aparecimento de novos títulos, a Lisgráfica estuda o reajustamento e reconfiguração dos seus meios de produção por forma a rentabilizá-los face às necessidades e prioridades dos editores admitindo, para além disso, realizar um investimento em “finishing” que complemente a sua linha actual e satisfaça cabalmente as necessidades do mercado.

Impressão de Boletins

A actividade deste Departamento evoluiu do seguinte modo:

Produção de Boletins (Mil Boletins)

1º Semestre/2002	1º Semestre/2001
54.400	89.850

Verifica-se um decréscimo, em relação ao semestre homólogo, de cerca de 36 milhões de boletins (40%) que, de resto, vem confirmar a tendência anterior e traduz o abrandamento de actividade correspondente à transição da gama tradicional de Boletins de “duas vias c/químico” para a nova gama e “uma via” para leitura on-line.



Tendo terminado em 31/12/97 o contrato de três anos para impressão dos Boletins, foi aquele contrato prorrogado pelo Cliente para o ano de 1998 e, em finais do ano, aberto novo concurso internacional ganho pela Lisgráfica, válido por períodos de um ano prorrogável, por acordo das partes, até ao final de 2001.

A Lisgráfica iniciou, entretanto, a pedido da Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa a produção de uma gama nova de Boletins para leitura on-line, cujo lançamento irá ser feito ao longo deste ano.

A produção anual deverá situar-se nos 120 milhões de Boletins, tendo a linha de produção sido concebida em 1994, a pedido do cliente, para 500 milhões/ano (10 milhões/semana), donde facilmente se alcança o actual desajustamento entre meios disponíveis e necessários, realidade que leva a encarar a hipótese de afectação de uma das rotativas a outros produtos.

Impressão de Listas

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas de Páginas Amarelas, S.A. associadas à celebração de um contrato de “Printing Agreement” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela entidade em Portugal.

Para este trabalho dispõe o Departamento de Listas de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias. Prevendo aquele instrumento contratual a impressão a quatro cores de alguns cadernos das Listas Telefónicas, possibilidade não oferecida por aquele parque de máquinas, foi contratada e executada pelo construtor durante o ano de 2000 a operação de “duplexagem” de duas Rotativas Harris Heidelberg 850 do Departamento de Impressão de Revistas, que permitirá a impressão a quatro cores de cadernos de Listas Telefónicas de 64 páginas e/ou, em alternativa, a impressão em quadricromia de cadernos de 32 páginas de revistas.

Produção de Listas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2002	1º Semestre/2001
218.358	258.653

O cumprimento de tal obrigação contratual e o ajustamento do programa de produção, levou a encarar a necessidade de instalação de uma terceira rotativa Sunday 4000 de 48 páginas no Departamento de Impressão de Revistas que, quando necessário, apoia a impressão de Listas como irá acontecer no caso concreto da Lista de Lisboa Classificada.



A produção comparada acima referida indicia uma redução de 40 milhões de cadernos (15,5%), traduzindo uma alteração do plano editorial que irá concentrar no 2º semestre do exercício um maior volume de produção, a par da transição para a quadricromia que arranca com a Lista de Lisboa Classificada.

Investimento

Durante o semestre em análise, o investimento efectuado assumiu a expressão de 7.623 mil euros, ressaltando como variações mais significativas as seguintes:

Edifícios e Outras Construções	3,9 mil euros
Equipamentos Básicos	52,7 mil euros
Equipamento de Transporte	4,0 mil euros
Outras Imobilizações	0,5 mil euros
Imobilizações em Curso	7.561,7 mil euros

registando-se, entretanto alienações e abates na rubrica “Equipamento Básico” no valor de cerca de 27,5 mil euros. A variação significativa ocorrida em “Imobilizações em Curso” reflecte a celebração de um Contrato de leasing mobiliário tendente à aquisição da Rotativa Sunday 4000 de 48 páginas a, cuja instalação se iniciou no início do 2º trimestre, no valor de cerca de 6,6 milhões de euros, bem como a aquisição do Stacker Civiemme associado a tal rotativa, as obras de construção do maciço para implantação da rotativa e outras obras de menor dimensão.

A passagem para Imobilizações Corpóreas depende da entrada em funcionamento do equipamento em condições de perfeita normalidade que se estima vir a acontecer durante o mês de Outubro.

Tais variações implicaram que o Activo Imobilizado Bruto Técnico se tenha fixado, em 30 de Junho de 2002 em 172,8 milhões de euros.

Finanças

Em cumprimento das disposições legais procedeu-se no ano anterior à redenominação do “Empréstimo Obrigacionista Lisigráfica/97”, ajustando a sua extensão por forma a poder ser expresso em Euros, o valor nominal de cada obrigação passou a ser de 0,01 Euro (um centímo).

Foi cumprido o Serviço da Dívida relativamente aos Empréstimos Obrigacionistas, restringidos actualmente às “Obrigações Lisigráfica/97” envolvendo um esforço financeiro de 2.621,4 mil euros, correspondentes aos juros do 1º



semestre de tal Empréstimo no valor de 177,4 mil euros e à terceira amortização do Empréstimo no valor de 2.444 mil euros.

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 2.854 mil euros; deste valor, 2.123 mil euros representam amortização de capital e 731 mil euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 30/6/02, representam um total de 37.107 mil euros, subdivididos em 7.087 mil euros qualificados como responsabilidades a um ano e 30.020 mil euros como responsabilidades a M/L prazo.

Foram, durante o semestre, celebrados novos contratos no valor de 6.727,5 mil euros onde avulta o Contrato celebrado com a Sudleasing, envolvendo a terceira rotativa Sunday 4000, no valor de 6.601 mil euros.

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 2,950 milhões de euros.

Tratando-se de um título com liquidez reduzida e integrado num mercado cada vez mais periférico, as acções da Lisgráfica sofreram, no semestre, uma queda de cerca de 1,34 euro, não escapando à queda generalizada que a maioria dos títulos registaram em idêntico período.

A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções que detinha no final do exercício anterior.

Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados nos exercícios anteriores e a redução de Meios Libertos em 2001 e 2002, em consequência da conjuntura, decidiu a gestão, para além das medidas enumeradas no início deste capítulo, contactar as Instituições bancárias com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2002 e 2003, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

Nesse quadro prosseguiram durante o semestre tais negociações tendo-se fechado em Junho uma operação com o BCP de 9.477.160 euros, a sete anos, destinada a consolidar responsabilidades exigíveis em 2002, a utilizar faseadamente e de que em 30/6/02 estavam utilizados cerca de 3,5 milhões de euros.

Prosseguem, entretanto, contactos tendentes à alienação de activos não operacionais envolvendo, eventualmente, algumas participações financeiras.



Mercado

As considerações feitas no capítulo 2.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o 1º semestre do ano explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante tal período.

A forte desaceleração da actividade foi particularmente sentida na área em que a Empresa opera na justa medida em que o impacto criado pela redução do investimento publicitário – primeiro sintoma de retracção - determina a reacção dos editores nas tiragens e volume das publicações, fechando-se o ciclo no volume da actividade gráfica.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do semestre e indicam os efeitos resultantes das medidas empreendidas pela gestão no que se prende com a composição qualitativa da Produção e Vendas da Lisgráfica.

Registaram-se algumas movimentações indicando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira, mas no que respeita à Lisgráfica nenhum reflexo destas movimentações se fez sentir, salvo no tocante a preços que importa manter concorrenciais, o que implica cuidados especiais em matéria de produtividade, tendo-se agudizado sobremaneira a concorrência em matéria de preços, esmagando as margens, designadamente no que toca à Família de Folhetos/Catálogos em que a concorrência é particularmente agressiva.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico.

Durante o semestre a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente “*Os Meus Livros*” da First Media Comunicação, publicação mensal de divulgação da cultura, “*Receitas de Sucesso*”, publicação mensal editada pela Presspeople de divulgação culinária, “*Revista Xis*”, editada em Abril pelo Público que funciona como Suplemento semanal do jornal, a revista “*SOS Saúde*”, publicação mensal dirigida à saúde e editada pela Saúde Press, e a “*Revista do ACP*” publicação mensal distribuída aos sócios do ACP e editada pelo Automóvel Club de Portugal.

Entretanto, por suspensão de publicação, perdemos a revista “*Interweb*”, publicação mensal editada pela Impala, e por mudança de gráfica, por razões de preço, perdemos “*A Dica da Semana*”, jornal semanal editado pelo Lidl.

Prosseguindo a política de optimização de rentabilização de meios entre a Lisgráfica e a Heska, foram executados trabalhos durante o semestre, nomeadamente no âmbito da impressão e acabamento de Folhetos/Catálogos para os Grandes Espaços, que representaram cerca de 1,5 milhões de euros, enquanto que recorremos a subcontratação junto daquela associada com uma extensão de cerca de 350 mil euros.



Consciente de que a conjuntura que atravessamos não é a mais favorável e face aos condicionalismos de crescimento dos segmentos em que tradicionalmente opera, a Lisgráfica tomou as medidas que entendeu possíveis, no momento, no sentido de contornar a retracção de actividade com que os produtos tradicionais se confrontam e nesse sentido, celebrou contratos de impressão de Folhetos e Catálogos com os Grandes Espaços, representando no semestre cerca de 4,2 milhões de euros com papel incorporado atenuando, parcialmente a quebra registada nos segmentos tradicionais.

Neste domínio, para além do contrato resultante do acordo com o Público/Sonae que envolvia os Folhetos/Catálogos do “Modelo” e “Continente”, imprimimos Folhetos para o “Grupo Pão de Açúcar”, “Grupo Feira Nova”, “El Corte Inglés”, “Lidl”, “Macro”, etc.

No domínio dos Jornais a Lisgráfica está em fase de repensar a sua estratégia neste sector e, como consequência da sua nova filosofia para este segmento perdeu um conjunto de jornais não diários, designadamente, “Jornal dos CTT”, “Jornal de Amadora/Sintra”, “Veritas”, “O Emigrante”, “Notícias da Amadora”, “Jornal Luso Helvético”..

Em matéria de Listas Telefónicas, no início do 2º semestre iniciar-se-á a impressão das Listas a quatro cores, para o que se dispomos das duas M850 duplexadas e se vai dispor da terceira Sunday 4000, estando em fase de concretização a prorrogação do prazo do “Printing Agreement” com o Editor.

A conjuntura altamente desfavorável em que se desenvolveu a actividade da Lisgráfica, caracterizada por um lado, pelo forte impacto da retracção do investimento publicitário, emagrecimento das publicações, suspensão de novos projectos por parte dos editores e reflexo no nível de actividade da Empresa, quebra de confiança dos consumidores e, por outro lado, pelo agudizar da concorrência interna e espanhola, implicando esmagamento de preços nalguns segmentos de mercado, implicou que as performances negativas registadas em 2001 se tenham arrastado para o 1º semestre do corrente ano.

LISGRÁFICA		
	Jun/01	Jun/02
Activo Total	173.634	162.416
Passivo Total	137.217	141.928
Capital Próprio	36.417	20.488
Resultados Líquidos	(4.059)	(2.652)
Vendas Líquidas	24.036	22.127

Nota: Valores em milhares de euros.

Os valores acima denunciam uma variação negativa de 1,908 milhões de euros, equivalente a 7,9%.



O quadro acima denuncia evolução desfavorável na Família “Revistas”, que registou um retrocesso de (13,2%), na Família, “Jornais” (17,5%), na Família “Boletins” (24,6%) e na Família “Listas” (14,2%) enquanto que denuncia evolução favorável nas Famílias “Suplementos” (9,2%); e “Catálogos/Folhetos” (17,6%).

Esta evolução entre semestres homólogos corrobora e vem na linha das considerações feitas acerca da actividade de cada uma das áreas de negócio da Empresa e do respectivo desenvolvimento na secção Mercado.

Esta análise é, de resto, confirmada pela comparação das Margens Brutas - diferença entre as Vendas e a Matéria Prima incorporada - porque resulta corrigida a maior ou menor incorporação de papel.

Assim:

Famílias	2002	2001	Variação (+/-)
Revistas	8.182,6	9.538,5	(1.355,9)
Suplementos	2.084,3	3.102,2	(1.017,9)
Jornais	1720,0	1.884,4	(164,4)
Boletins	179,7	374,7	(195,0)
Catálogos / Folhetos	1.135,7	687,1	448,6
Listas	2.075,1	2.101,6	(26,5)
<i>NOTA: valores em milhares de euros.</i>	15.377,4	17.688,5	(2.311,1)

Concluímos, assim, que corrigido o efeito da incorporação de matérias-primas, as Vendas decresceram na realidade cerca de 2.311 mil euros, em todas as Famílias salvo Catálogos/Folhetos, equivalentes a 13%, sendo que expurgámos dos números acima as vendas de papel não transformado.

Os Resultados Operacionais apurados foram de 934 mil euros, contra 1.416 mil contos em 2001, resultando a variação negativa de 482 mil euros da diferença negativa apurada nas Margens Brutas de cerca de 2.285 mil euros, não suficientemente compensada pelas economias registadas nas outras componentes dos Custos Operacionais – Subcontratos/FSE de cerca de 1.204 mil euros, Despesas com Pessoal de cerca de 489 mil euros e Amortizações/Provisões cerca de 127 mil euros.

Tendo sido explicado com detalhe a evolução dos Custos em 3.4 importa sublinhar que o comportamento das Margens Brutas se fica a dever a uma quebra nas Vendas de 1.909 mil euros, associado a um incremento dos CMCV de cerca de 551 mil euros em resultado do consumo de papel a Família Folhetos/Catálogos, de certo modo amenizados por uma variação positiva da Produção em Curso e de Outros Proveitos Operacionais.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de 3.597 mil euros negativos, contra 3.894 mil euros negativos no semestre homólogo de 2001, resultando a diferença favorável de 297 mil euros do desagravamento registado em



Encargos Financeiros de cerca de 440 mil euros e da diferença desfavorável de 143 mil contos em Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes situaram-se no primeiro semestre de 2002 em 2.663 mil euros negativos, contra 2.478 mil euros negativos no período equivalente de 2001, resultando a diferença de 185 mil euros do efeito conjugado da degradação dos Resultados Operacionais e da melhoria dos Resultados Financeiros.

O Resultado Líquido apurado no 1º semestre de 2002 foi de 2.652 mil euros negativos, contra 4.059 mil euros negativos no semestre homólogo de 2001, reflectindo as condições desfavoráveis em que a Empresa operou e que implicaram a descida dos Resultados Operacionais, com alguma recuperação nos Resultados Financeiros e uma descida considerável nos Resultados Extraordinários.

3.1.2 "Grafilis - Reprodução e Artes Gráficas, S.A."

A Grafilis tem por objecto a actividade de pré-impresão de importância primordial para o trabalho a executar pela Lisgráfica S.A. compreendendo as fases de composição, fotografia, selecção de cores e preparação de fotolitos para posterior impressão.

A Grafilis, com o capital social de 350 mil euros totalmente detido pela Gestigráfica, foi criada com base no sector de pré-impresão que existia na casa mãe e atravessou, nos últimos anos, uma fase complexa de transição tecnológica e comercial.

Mantendo, no essencial a gama de clientes tradicionais, em que os clientes da Lisgráfica representam uma percentagem ainda expressiva, no semestre em análise, assistimos à tendência da redução de trabalho derivada da preponderância crescente da transição para o Computer-To Plate, dos trabalhos tradicionais em fotolito, com a redução da intervenção da Grafilis; até ao final de 2001 esta transição verificava-se exclusivamente em jornais, começando no semestre a alastrar para os trabalhos comerciais.

Estas inovações tecnológicas que se traduzem num processo produtivo mais eficiente do ponto de vista dos custos, aliados à pressão concorrencial que permanece num mercado onde não existem barreiras à entrada de novos concorrentes, levou a um decréscimo dos preços praticados da ordem dos 40 % determinando que os ganhos de produtividade tenham acabado por beneficiar sobretudo os clientes finais.

Neste enquadramento as Vendas da Grafilis registaram uma queda de cerca de 288 mil euros (26,3%), relativamente ao semestre homólogo pelas razões acima aduzidas e, consequência da conjuntura desfavorável em que a operação decorreu.



Em resultado da evolução em baixa dos preços unitários, registou-se um incremento do peso relativo dos custos de mercadorias vendidas e matérias consumidas que no semestre em apreciação representou cerca de 14,3% das Vendas, contra 10,9% no semestre homólogo de 2001. Em valores absolutos, os consumos mantiveram-se a níveis idênticos.

A evolução das Despesas com Pessoal, que denotam um crescimento de cerca de 15 mil euros, e representam no semestre cerca de 67,4% das Vendas, explica-se pela relativa rigidez de tais custos face às Vendas, encarando-se a eventual redução significativa apenas como consequência de nova reestruturação profunda da empresa.

As amortizações do exercício, bem como os FSE registaram decréscimos, face ao semestre homólogo, de respectivamente 44 mil euros e 15 mil euros representando, relativamente às Vendas, 11,9% e 15,5%

Pelas razões acima aduzidas os Custos Operacionais do semestre situaram-se em 881 mil euros, abaixo dos do semestre anterior em cerca de 5,2%. Tal facto, aliado à circunstância de as Vendas terem decrescido cerca de 288 mil euros, determinou que os Resultados Operacionais assumissem a expressão de 76 mil contos negativos, contra 163 mil euros positivos em idêntico semestre de 2001.

Assim, o Resultado Líquido apurado no semestre atingiu 91,6 mil euros negativos, tendo-se os Meios Libertos situado em 4,5 mil euros.

A análise do Balanço, revela um aumento do Activo Líquido de cerca de 30 mil euros, O maior aumento verificado deve-se à subida do activo circulante (a conta de clientes regista uma subida de aproximadamente 140 mil euros) a que não serão estranhas as dificuldades sentidas no cumprimento dos prazos de pagamento estipulados por parte de alguns editores, compensado pela redução de cerca de 130 mil euros nas imobilizações, quer em resultado das amoortizações praticadas, quer de alguns abates.

Esta situação vai continuar a merecer um acompanhamento muito próximo dos responsáveis pela gestão da empresa por forma a evitar o acentuar desta tendência.

O aumento de cerca de 131 mil euros do Passivo radica, fundamentalmente, no crescimento dos créditos dos Fornecedores em cerca de 52 mil euros, adopção do recurso ao factoring como forma de cobrança, reflectindo um crédito das Companhias de cerca de 90 mil euros, incremento dos créditos do “Estado” em cerca de 43 mil euros e, em contrapartida redução de dívidas a Instituições de crédito da ordem dos 7 mil euros e redução global das dívidas a locadoras da ordem de 45 mil euros.

A queda para 161 mil euros dos Capitais Próprios implicou que a autonomia financeira da Grafilis se situe, no final do semestre em 53,2 %, contra 58,3% no final do semestre homólogo.



GRAFILIS		
	Jun/01	Jun/02
Activo Total	2.852	2.822
Passivo Total	1.190	1.322
Capital Próprio	1.662	1.500
Resultados Líquidos	123	(92)
Vendas Líquidas	1.093	805

Nota: Valores em milhares de euros.

3.1.3 "Grafimadeira - Empresa de Artes Gráficas da Madeira, S.A."

Empresa industrial gráfica, em cujo capital social de 750 mil euros a Gestigráfica participa em 90.98%, juntamente com três sócios individuais que detém os restantes 9%.

O semestre decorreu com normalidade, sendo que nele, e em resultado dos investimentos efectuados no exercício anterior, a empresa consolidou a sua estabilidade, vincando a sua posição de líder no mercado regional de impressão passando a imprimir todos os jornais diários da Região e buscando mais trabalho por forma a rentabilizar em pleno as suas capacidades e meios de produção.

Apesar das condições menos favoráveis em que a operação decorreu, em resultado da conjuntura económica, as Vendas cresceram cerca de 225 mil euros, relativamente ao semestre homólogo; esse crescimento foi, entretanto, acompanhado por um crescimento do custo das matérias-primas de cerca de 171 mil euros, os quais representam aproximadamente 34,3% das Vendas; verificou-se uma subida dos Custos com Pessoal de cerca de 109 mil euros, que passaram a representar 24% das vendas, contra 25% no semestre homólogo; os FSE registaram um crescimento de cerca de 63 mil euros, como reflexo do recurso à subcontratação dos serviços de pré – impressão, apesar do seu peso relativo em relação às vendas se ter mantido nos 24%; os Encargos Financeiros cresceram 21 mil euros, em resultado do maior endividamento resultante do investimento e das condições mais gravosas de recurso ao crédito. As Amortizações do exercício mantiveram-se a nível semelhante ao do semestre homólogo e não foram praticadas provisões.

A conjugação de todos estes factores proporcionou um Resultado Líquido positivo de 89 mil euros, contra 33 mil euros em semestre homólogo de 2001, tendo-se gerado um cash-flow após Resultados Financeiros e Extraordinários de cerca de 214 mil euros.



A empresa especializou a função de pequena impressão, em instalações anexas às principais criando, assim, três grandes departamentos: Impressão de jornais, Impressão a 4 cores e Impressão a $\frac{1}{2}$ cores.

GRAFIMADEIRA		
	Jun/01	Jun/02
Activo Total	5.607	7.821
Passivo Total	4.308	6.302
Capital Próprio	1.299	1.519
Resultados Líquidos	33	89
Vendas Líquidas	1.686	1.911

Nota: Valores em milhares de euros.

3.1.4. "Heska Portuguesa, S.A".

Entrou no universo do "Grupo" através da aquisição, ocorrida em meados do exercício de 1999, de 95% do capital da Gestigráfica, sua empresa-mãe, pela Lisgráfica, operação levada a cabo por razões estratégicas.

Após a mudança de instalações, efectuada durante o exercício de 1998, da Venda Nova para Campo Raso, o exercício de 1999 representou o primeiro ano de cruzeiro da Heska no seu novo habitat.

Especialmente vocacionada para o mercado dos folhetos e catálogos publicitários de médias e grandes tiragens, a Empresa dedica-se ainda à impressão e acabamento de revistas de pequena e média tiragem operando, assim, num mercado complementar ao da Lisgráfica.

Do ponto de vista económico o semestre em análise reflecte o clima de abrandamento económico em que a empresa operou tendo as Vendas registado uma redução de cerca de 192 mil euros (2%), enquanto os Custos operacionais caíram cerca de 453 mil euros (3,8%).

Esta evolução deriva, fundamentalmente, da redução dos FSE em cerca de 1.194 mil euros, com particular realce para a queda da subcontratação a que houve que a recorrer para cumprimento das obrigações contratuais.

O CMVC registou um crescimento de cerca de 520 mil euros (11,5%), representando cerca de 47% da facturação, denunciando um crescimento da incorporação de papel..

As Despesas com Pessoal registaram um aumento marginal no semestre de cerca de 7 mil euros, mantendo um peso relativo na facturação de cerca de 14,5%, enquanto que as Amortizações sofreram um incremento de cerca de 211 mil euros, por força do investimento realizado.



Em consequência, os resultados operacionais registaram uma queda de cerca de 66 mil euros, face a semestre homólogo (34,4%).

Os resultados financeiros denunciaram um agravamento de cerca de 98 mil euros, com variação negativa dos Proveitos Financeiros de cerca de 107 mil euros e variação favorável da componente Custos ainda que residual da ordem dos 9 mil euros.

O Resultado líquido apurado, da ordem dos 127 mil euros negativos registou, apesar de tudo, uma melhoria de cerca de 109 mil euros face ao semestre homólogo de 2001.

Foram cumpridos os serviços da dívida em relação à Banca, Companhias de Locação Financeira e IAPMEI.

Os Capitais Próprios registaram uma melhoria, face a semestre homólogo, de cerca de 173 mil euros, determinando que a autonomia financeira se fixasse em 44,6%, face ao incremento do Activo da ordem dos 3.191 mil euros.

HESKA PORTUGUESA		
	Jun/01	Jun/02
Activo Total	30.647	33.839
Passivo Total	15.714	18.733
Capital Próprio	14.933	15.106
Resultados Líquidos	(236)	(127)
Vendas Líquidas	10.852	10.660

Nota: Valores em milhares de euros.



3.2 EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

3.2.1 "GUIÃO- Divulgação Promocional de Indústria e Comércio, S.A."

Com trinta anos de vida, o Guião tem fortes tradições como empresa editora e distribuidora de Guias especializados, de âmbito nacional, por Sector de actividade económica.

Dispondo de um Ficheiro de Empresas, permanentemente actualizado, comportando dados de cerca de 300 mil empresas, das quais 120 mil disponíveis on-line e 36 mil marcas, começou nos últimos 5 a 6 anos a dirigir a sua atenção para a preparação e exploração “on-line” potenciando tal base de dados com vista a um aproveitamento no âmbito do advento das “novas economias” e do “e-commerce”.

No final do primeiro trimestre de 2000, iniciaram-se negociações, culminadas no final do ano, que conduziram à tomada de uma posição de 85% (55% directos e 30% através da Videodata), que visa o aproveitamento das potencialidades que já lhe são reconhecidas e o respectivo desenvolvimento.

A tradição do Guião assentou durante 25 anos no “papel”, que se pretende preservar e que no ano de 2000 foi responsável por cerca de 560 mil contos (Guia de Marcas incluído), cabendo à vertente “GuiaNet” cerca de 70 mil contos.

A estratégia futura, e nesse sentido se deve interpretar a intervenção da Lisgráfica, será o desenvolvimento desta linha sem nunca descurar a vertente do “papel”.

Assim, os investimentos foram canalizados e reforçados preferencialmente para a área dos equipamentos informáticos e para os departamentos “Mackintosh” e “Internet”, visando a estratégia de manter a empresa numa posição de destaque e primazia nessa área de negócio.

Conta-se que com os investimentos realizados, com o reflexo do trabalho desenvolvido pelas novas equipas de venda “on-line”, com o enriquecimento e melhoria dos Ficheiros, e com a eventual entrada de um parceiro conseguir cimentar o negócio na área da Internet de uma forma pronunciada, e pensar num crescimento no “meio papel” da ordem dos 10%, visando a recuperação parcial dos contratos perdidos nos últimos anos.

Não dispondo ainda de dados comparativos em relação aos semestres, fornecem-se elementos de comparação dos dois últimos exercícios.



GUIÃO		
	Dez/00	Dez/01
Activo Total	5.532	6.314
Passivo Total	4.473	6.116
Capital Próprio	1.059	198
Resultados Líquidos	15	(861)
Vendas Líquidas	2.894	2.061

Nota: Valores em milhares de euros.

3.2.2 "VIDEODATA – Desenvolvimento de Bases de Dados, S.A."

Empresa constituída em 1991, representou a primeira tentativa de exploração da Base de Dados de Empresas do Guião, numa forma diferente do papel.

Nesse sentido foi desenvolvido o software necessário para aceder a tal Base de Dados através de terminais de Videotexto, semelhantes aos aparelhos “Minitel” que na sua época lograram enorme sucesso em França.

No período 1991/95 foram instalados umas centenas de terminais e celebrados contratos com clientes que aderiram à nova forma de se promoverem.

Com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação, esta área de negócio foi ultrapassada e a empresa está neste momento com a sua actividade paralisada.

A decisão da Lisgráfica, concretizada em finais do exercício de 2000, da aquisição da totalidade do respectivo capital social, constituiu a forma indirecta de aceder a 30% das acções do Guião, detidos por esta empresa que, entretanto, é proprietária das actuais instalações do Guião em Queluz de Baixo, cujo aluguer representa a fonte das suas receitas.

Não dispondo ainda de dados comparativos em relação aos semestres, fornecem-se elementos de comparação dos dois últimos exercícios.



VIDEODATA		
	Dez/00	Dez/01
Activo Total	761	588
Passivo Total	509	490
Capital Próprio	252	98
Resultados Líquidos	60	(154)
Vendas Líquidas	165	0

Nota: Valores em milhares de euros.

3.2.3 "PORENVEL, S.A."

Durante o exercício de 2000 concretizou-se a anunciada participação nesta empresa, que opera na área do post-acabamento, envelopagem automática e endereçamento e expedição seleccionada, através da tomada de 50% do seu capital.

Foi tomada a participação do sócio português, que continuou a assumir a direcção do negócio, mantendo-se o sócio francês, constituído pelo "Grupo Diffusion Plus" editor conceituado em várias áreas, nomeadamente na dos catálogos de venda directa "Les 3 Suisses" e "La Redoute".

Durante o exercício de 2000 foi a sociedade transformada em anónima, adaptados os respectivos Estatutos em conformidade, e redenominado o capital para Euros.

Pensamos que, operando a empresa em áreas que possibilitam o aproveitamento de sinergias com a Lisgráfica, e considerando as potencialidades que a associação com o Grupo francês deixam antever, será possível desenvolver significativamente a actividade da empresa e vocacioná-la eventualmente para outras áreas de negócio.

Não dispondo ainda de dados comparativos em relação aos semestres, fornecem-se elementos de comparação dos dois últimos exercícios.

PORENVEL		
	Dez/00	Dez/01
Activo Total	143	149
Passivo Total	35	43
Capital Próprio	108	106
Resultados Líquidos	22	10
Vendas Líquidas	144	139

Nota: Valores em milhares de euros



3.2.4. "Máquina de Estados, Lda."

Empresa que opera na área da concepção, análise e programação de sistemas e aplicações informáticas, começou por ser uma empresa prestadora de serviços para, no decorrer do exercício e em função da sua colaboração na preparação do Guião para a exploração “on-line” da sua Base de Dados, se ter considerado pertinente uma ligação em termos societários e, assim, se ter concretizado uma participação de 20% no respectivo capital.

Trata-se de uma software-house, dotada de técnicos altamente especializados em linguagens e ambientes diversificados, cuja colaboração em trabalhos das várias empresas do “Grupo” tem surtido efeitos altamente positivos, que nos leva a antever possuir raízes para desenvolvimentos e crescimentos notáveis no momento em que as “novas economias” e as tecnologias da informação e o “e-commerce” dão os primeiros passos em Portugal.

Os elementos económico-financeiros da empresa têm ainda, naturalmente, uma expressão pouco significativa, apesar de as Vendas terem praticamente duplicado no exercício de 2000, o capital próprio ter invertido o sinal e os Resultados terem crescido sete vezes.

Não dispondo ainda de dados comparativos em relação aos semestres, fornecem-se elementos de comparação dos dois últimos exercícios.

MÁQUINA DE ESTADOS		
	Dez/00	Dez/01
Activo Total	134	172
Passivo Total	115	110
Capital Próprio	19	62
Resultados Líquidos	24	56
Vendas Líquidas	249	289

Nota: Valores em milhares de euros.



3.3 EMPRESAS ASSOCIADAS

3.3.1 Naveprinter - Indústria Gráfica do Norte, S.A.

Associação de Lisgráfica, S.A. (41,03%) com a empresa de Jornal de Notícias (37,5%) e um Industrial do Norte , com vista ao desenvolvimento da unidade gráfica inicialmente criada pela Empresa de O Comércio do Porto no concelho da Maia.

Tendo terminado o ciclo de investimentos a que se lançou no exercício anterior, traduzidos na instalação de uma rotativa de jornais e numa outra de revistas, complementadas pela instalação de um sistema de expedição automática de jornais e de uma unidade de CTP, a Naveprinter é já hoje uma das maiores empresas gráficas do país, com três rotativas de impressão de jornais de grande porte, para impressão a preto e a quatro cores, uma rotativa de revistas de 16 páginas, e equipamento de acabamento.

Com o seu Volume de Negócios condicionado pela capacidade instalada, e sofrendo os efeitos da recessão determinada pela conjuntura, as Vendas do primeiro semestre de 2002 situaram-se nos 6.566 mil euros, registando um acréscimo de cerca de 579 mil euros em relação a semestre homólogo de 2001 (9,7%).

Paralelamente, registou-se um agravamento dos Custos Operacionais da ordem de 918 mil euros, essencialmente nas rubricas de Despesas com Pessoal (204 mil euros), traduzindo a actualização salarial, Amortizações/Provisões (873 mil euros), reflexo do crescimento do Imobilizado, manutenção dos FSE a nível idêntico ao semestre homólogo, e redução dos CMVC (124 mil euros), por menor incorporação de papel.

Daqui resultou que os resultados operacionais tenham piorado cerca de 328 mil euros e, face ao agravamento dos resultados financeiros em cerca de 306 mil euros, os resultados correntes tenham registado uma degradação de 631 mil euros.

A evolução dos resultados financeiros derivou do crescimento dos custos provocados pelo endividamento necessário ao esforço de investimento e ao crescimento das taxas de juro.

O resultado líquido do semestre foi negativo situando-se em 731 mil euros, contra um resultado líquido negativo em semestre homólogo de 2001 de 64 mil euros, enquanto que o cash-flow atingiu os 1.198 mil euros, contra 963 mil euros no ano transacto.

A evolução das contas de balanço ilustra o esforço de investimento efectuado derivando o crescimento do Activo do incremento das imobilizações em cerca de 4 milhões de euros enquanto que a variação do Passivo resulta do recurso ao crédito bancário/leasing para financiar tal investimento.



NAVEPRINTER		
	Jun/01	Jun/02
Activo Total	30.108	32.613
Passivo Total	21.627	26.136
Capital Próprio	8.481	6.477
Resultados Líquidos	(64)	(731)
Vendas Líquidas	5.987	6.566

Nota: Valores em milhares de euros.



4. NOTAS SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS

4.1. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

A consolidação das Demonstrações Financeiras das empresas subsidiárias efectuou-se pelo método da integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no Balanço na rubrica interesses minoritários. As diferenças de consolidação, decorrentes da diferença, em 1/1/92, entre o valor contabilístico das partes de capital e o valor da proporção do capital próprio que elas representam foram registadas no Balanço consolidado no Capital Próprio.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas encontram-se valorizados no Balanço consolidado, pelo método da equivalência patrimonial, salvo os correspondentes às empresas excluídas da consolidação que estão valorizados ao custo de aquisição.

Relativamente às aquisições de participações financeiras ocorridas após 1/1/92, os valores de trespasso, decorrentes da diferença entre o custo de aquisição e a proporção dos capitais próprios à data da aquisição, são amortizados durante o período médio de recuperação dos investimentos, actualmente estimado em 20 anos.

4.2. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

(a) Imobilizações Incorpóreas

As Imobilizações Incorpóreas são constituídas, basicamente, por despesas com aumentos de capital e estudos e projectos. Encontram-se registadas ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos. Adicionalmente, as diferenças apuradas na compra de participações financeiras são igualmente registadas em imobilizações incorpóreas, sendo amortizadas durante o período de recuperação dos investimentos, actualmente estimado em vinte anos.

(b) Imobilizações Corpóreas

As Imobilizações Corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais aplicáveis e com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição. Adicionalmente, no exercício de 2000, os imóveis afectos à actividade industrial da Lisgráfica, registados nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” foram objecto de uma reavaliação extraordinária efectuada com base em relatórios de avaliação efectuada por entidades independentes.



Esta reavaliação extraordinária implicou, no referido exercício, aumentos de mEsc. 4.402.369 e mEsc. 581.473, nos valores das referidas imobilizações e respectivas amortizações acumuladas. Em 30 de Junho de 2001, o efeito desta reavaliação extraordinária nos capitais próprios do Grupo ascendia a mEsc. 3.781.714.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, excepto para alguns bens de equipamento básico, onde é utilizado o método das quotas degressivas.

Durante o exercício de 1993, a Lisgráfica alterou as taxas de amortização que até então vinham sendo praticadas e que correspondiam às máximas fiscalmente aceites, passando a utilizar de forma consistente as taxas mínimas, equivalentes a metade das anteriores, para todos os bens do imobilizado corpóreo.

(c) Locação Financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, passaram a ser contabilizados, em 1993, pelo método financeiro, pelo que o respectivo valor e as correspondentes responsabilidades estão reconhecidas no balanço consolidado, sendo amortizados de acordo com as vidas úteis estimadas. A parcela de capital incluída nas rendas pagas relativas aos contratos de locação financeira é registada como redução daquelas responsabilidades, sendo os juros incluídos nessas rendas registados como custo financeiro do exercício a que respeitam..

(d) Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros nas empresas “Guião”, “Videodata”, “Porenvel” e “Máquina de Estados” encontram-se registados ao custo de aquisição. Os restantes investimentos financeiros nas empresas do grupo e associadas estão registados pelo método da equivalência patrimonial.

(e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se como método de custeio o "FIFO". Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, ou ao valor de mercado quando este é mais baixo.

Os custos de produção incluem o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra directa e gastos gerais de fabrico.

(f) Provisão para Clientes de Cobrança Duvidosa

A provisão para Clientes de Cobrança Duvidosa é constituída com base na expectativa de perdas na cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.



(g) Títulos Negociáveis

Os títulos negociáveis correspondem a aplicações de curto prazo e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para fazer face a perdas estimadas nos casos em que o valor de mercado é inferior ao custo de aquisição.

(h) Especialização dos exercícios

As empresas do “Grupo” registam as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

(i) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos às empresas do Grupo, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na Demonstração de Resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

(j) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para escudos, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor em 30 de Junho de 2001. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos ou custos na demonstração de resultados.



4.3 DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO**4.3.1. Incluídas no Capital Próprio e Ajustamentos de Parte de Capital em Associadas**

O saldo das Diferenças de Consolidação incluídas no Capital Próprio foi originado, em 1 de Janeiro de 1992, quer pela aplicação do disposto na alínea b) do n.º 13.7, quer pela aplicação do disposto na alínea e) do n.º 13.4.1 das Normas de Consolidação de contas estabelecidas pelo Dec-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

Os “Ajustamentos de Partes de Capital em Associadas” decorrem da aplicação do disposto na alínea h) do n.º 13.6.1 das citadas Normas de Consolidação e correspondem à parte proporcional do Grupo na reserva de reavaliação do imobilizado corpóreo operada pela Naveprinter, gerada em 31 de Dezembro de 1992.

Empresa	Diferenças de Consolidação
<i>Diferenças de consolidação iniciais</i>	
Grafilis (n.º 13.7 das Normas de Consolidação)	67.223
Grafimadeira (n.º 13.7 das Normas de Consolidação)	14.924
Grafimadeira (n.º 13.4.1 das Normas de Consolidação) (a)	9.138
	91.285
<i>Ajustamentos de Parte de Capital em Associadas</i>	
Naveprinter (n.º 13.6.1 das Normas de Consolidação)	120.963
	120.963

a) Diferença de consolidação apurada em 1994 na aquisição pela Lisgráfica de 14,98% desta participada.



4.3.2. Incluídas no immobilizado incorpóreo

O saldo desta rubrica corresponde à diferença apurada na compra da participação financeira na Gestigráfica em 1999 e foi apurada conforme segue:

Empresa	Custo de aquisição	Proporção do capitais próprios adquiridos		Diferenças de consolidação
		%	Montante	
Gestigráfica	19.951.916	100,00	6.288.569	13.663.347
Porenvel	499.298	50,00	264.375	234.923

4.3.3. Movimento nas contas de Capital Próprio

	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	20.000.000	-	-	-	20.000.000
Acções Próprias – Valor Nominal	(260.437)	-	-	-	(260.437)
Acções Próprias – Desc. e Prémios	(212.544)	-	-	-	(212.544)
Diferenças de consolidação	91.285	-	-	-	91.285
Ajustamentos de partes de capital	120.963	-	-	-	120.963
Reservas de reavaliação	28.021.789	-	-	-	28.021.789
Reservas legais	906.512	-	-	-	906.512
Outras Reservas	1.198.053	-	-	-	1.198.053
Resultados transitados	(15.370.672)	-	(3)	(11.336.025)	(26.706.700)
Resultado líquido do exercício	(11.336.025)	-	(2.651.804)	11.336.205	(2.651.804)
	23.158.924	-	(2.651.807)	-	20.507.117

Reserva Legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital: Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de Reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do immobilizado corpóreo efectuada quer nos termos da legislação aplicável quer extraordinária, efectuada no exercício de 2000. De acordo com a legislação vigente e as



práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Resultados Transitados: Esta rubrica teve como movimento apenas a transferência do resultado líquido apurado no exercício findo em 31/12/01.



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

Em anexo juntam-se o Balanço e a Demonstração de Resultados Consolidados em 30 de Junho de 2002, bem como o Anexo a tais Demonstrações Financeiras.

Da respectiva análise, bem como dos comentários que acima deixamos, poderão Vossas Excelências aquilatar da situação e evolução das Empresas do " Grupo Lisgráfica" no período em apreciação.

Operando no primeiro semestre em conjuntura desfavorável, que já tivemos oportunidade de caracterizar, o Resultado Líquido Consolidado foi negativo e atingiu a expressão de 2.652 mil euros, contra 4.059 mil euros também negativos em Junho de 2001.

Os Resultados Operacionais atingiram 1.004 mil euros, contra 1.586 mil euros em Junho de 2001, enquanto que os Resultados Financeiros se situaram em 3.781 euros negativos, contra 4.017 mil contos com idêntico sinal em Junho de 2001; os Meios Libertos atingiram 3.003 mil euros, contra 1.561 mil contos em Junho de 2001.

Dada a conjuntura em que operamos e não se vislumbrando que o cenário de abrandamento económico se venha a dissipar, havendo fortes dúvidas entre os analistas sobre a data provável da retoma, a circunstância de o segundo semestre ser tradicionalmente mais forte que o primeiro e o crescimento da facturação de Listas, no caso concreto da Lisgráfica, em consequência da transição para a quadricromia, não permite ainda assim antever que haja condições para cumprir com sucesso o Programa e os Orçamentos Económico-Financeiros das Empresas do "Grupo Lisgráfica", no que se prende com a vertente da Receita, havendo a convicção de que em matéria de Custos nos aproximemos das metas fixadas naqueles documentos.

Em matéria de projectos para o segundo semestre avulta a continuação da execução do Programa de Investimentos em curso, designadamente a recepção do Edifício do Guião, bem como a instalação e arranque no terceiro trimestre da nova Sunday 4000 para revistas/listas e respectivo equipamento periférico, no caso da Lisgráfica, e a conclusão do programa de investimentos da Naveprinter.

Pensamos estar em condições de tomar a decisão no tocante ao investimento no Departamento de Jornais, condicionado pela assinatura de um contrato com o Editor e da encomenda do equipamento.

Por outro lado, pensamos virem a existir condições no segundo semestre para tomar uma decisão quanto ao destino do Guião, nomeadamente quanto à sua reorganização no sentido do desenvolvimento da sua actividade no âmbito do advento das "novas economias" e/ou eventual entrada de um parceiro.



Pensamos concretizar a alienação de algum(s) elemento(s) do activo não necessários à operação e fazer algumas abordagens sobre a possibilidade de desinvestir nalguma(s) participações financeiras não estratégicas.

A Lisgráfica prepara-se para a transição para a Certificação de Qualidade ao abrigo da Norma ISO 9001:2000.

Queluz de Baixo, 5 de Setembro de 2002

O Conselho de Administração

António Brás Monteiro – Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio



BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001
(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	2002			2001
		AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	27	448.459	447.820	639	21.982
Despesas de investigação e desenvolvimento	27	126.367	105.488	20.879	62.629
Propriedade industrial e outros direitos	27	70.757	70.757	-	-
Diferenças de consolidação	10 e 27	13.898.270	2.426.324	11.471.946	11.955.427
		14.543.853	3.050.389	11.493.464	12.040.038
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	27	11.765.451	-	11.765.451	13.244.810
Edifícios e outras construções	27	40.091.269	11.730.050	28.361.219	30.065.382
Equipamento básico	27	132.080.183	73.469.515	58.610.668	63.077.209
Equipamento de transporte	27	1.351.240	910.499	440.741	533.818
Ferramentas e utensílios	27	166.430	117.162	49.268	59.432
Equipamento administrativo	27	1.860.718	1.218.709	642.009	790.994
Outras imobilizações corpóreas	27	889.709	246.346	643.363	644.282
Imobilizações em curso	27	18.356.684	-	18.356.684	9.747.898
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27	-	-	-	40.448
		206.561.684	87.692.281	118.869.403	118.204.273
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	27	5.362.077	-	5.362.077	5.861.379
Partes de capital em empresas associadas	27	3.068.539	-	3.068.539	3.579.339
Empréstimos a empresas associadas		15.587	-	15.587	15.587
Partes de capital em empresas participadas	27	105.995	99.760	6.235	6.235
Títulos e outras aplicações financeiras		52.024	1.429	50.595	54.414
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27	2.918.438	-	2.918.438	2.063.507
	46	11.522.660	101.189	11.421.471	11.580.461
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:					
Outros devedores	46	8.339.823	8.339.823	-	6.046.159
CIRCULANTE:					
Existências:					
Matérias-primas,subsidiárias e de consumo		3.934.649	23.350	3.911.299	5.359.943
Produtos e trabalhos em curso		491.617	-	491.617	444.085
Mercadorias	46	4.634	-	4.634	4.634
		4.430.900	23.350	4.407.550	5.808.662
Dívidas de terceiros - Curto prazo:					
Clientes, conta corrente		27.989.819	-	27.989.819	27.088.567
Clientes - títulos a receber		428.080	-	428.080	1.167.791
Clientes de cobrança duvidosa		10.115.392	10.115.382	10	41.675
Empresas associadas		78.756	-	78.756	62.669
Adiantamentos a fornecedores		33.066	28.566	4.500	45.156
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		353.391	-	353.391	1.018
Estado e outros entes públicos	52	153.918	-	153.918	555.756
Outros devedores		4.665.259	3.156.697	1.508.562	773.579
	46	43.817.681	13.300.645	30.517.036	29.736.211
Titulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis		744.696	-	744.696	743.633
		744.696	-	744.696	743.633
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		3.601.751		3.601.751	4.301.409
Caixa		32.380		32.380	41.635
		3.634.131		3.634.131	4.343.044
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos		36.679		36.679	14.859
Custos diferidos	49	880.125		880.125	1.452.290
		916.804		916.804	1.467.149
Total de amortizações			90.742.670		
Total de provisões			21.765.007		
Total do activo		294.512.232	112.507.677	182.004.555	189.969.630

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001
(Montantes expressos em Euro)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2.002	2001
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	50	20.000.000	20.000.000
Acções próprias - valor nominal	50	(260.437)	(260.437)
Acções próprias - descontos e prémios	50	(212.544)	(212.543)
Diferenças de consolidação	10 e 50	91.285	91.285
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	10 e 50	120.963	120.963
Reservas de reavaliação	50	28.021.789	28.021.789
Reservas:			
Reserva legal	50	906.512	906.510
Outras reservas	50	1.198.053	1.198.053
Resultados transitados	50	(26.706.700)	(9.370.682)
Subtotal		23.158.921	40.494.938
Resultado líquido consolidado do semestre	50	(2.651.804)	(4.059.407)
Total do capital próprio		20.507.117	36.435.531
INTERESSES MINORITÁRIOS		136.991	117.173
PASSIVO:			
Provisões para outros riscos e encargos			
Outras provisões para riscos e encargos	46	1.875.043	625.532
Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	51	2.444.010	4.888.319
Dívidas a instituições de crédito	51	30.355.382	29.983.754
Outros empréstimos obtidos	51	19.981.968	16.966.586
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar		252.958	296.336
Empresas associadas		222.868	-
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	33.592.095	31.592.417
Fornecedores, conta corrente		-	9.053
Estado e outros entes públicos	52	97.522	111.776
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		86.946.803	83.848.241
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	51	4.888.319	4.888.020
Dívidas a instituições de crédito	51	9.772.926	13.207.714
Fornecedores, conta corrente		14.102.094	9.215.301
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		227.244	90.721
Empresas associadas		130.545	39.510
Fornecedores - títulos a pagar		4.199.936	2.862.072
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		832.164	488.742
Adiantamentos de clientes		1.172.175	-
Outros empréstimos obtidos	51	7.135.931	4.208.607
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	47	14.133.384	13.916.082
Estado e outros entes públicos	52	2.749.621	1.120.664
Outros credores	54	7.934.943	14.726.512
Acréscimos de custos	49	67.279.282	64.763.945
Proveitos diferidos	49	2.979.254	2.510.784
Total do passivo		2.280.065	1.668.424
		5.259.319	4.179.208
Total do capital próprio e passivo		161.360.447	153.416.926
		182.004.555	189.969.630

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2002		2001	
Custo mercadorias vendidas e consumidas					
Mercadorias		144.043		1.021.453	
Matérias		10.436.254	10.580.297	10.101.256	11.122.709
Fornecimentos e serviços externos			5.643.354		8.190.560
Custos com o pessoal:					
Remunerações		6.219.384		6.548.972	
Encargos sociais:					
Pensões		15.000		15.782	
Outros		2.319.890	8.554.274	2.351.573	8.916.327
Amortização do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27		5.655.268		5.620.260
Impostos		291.216		259.225	
Outros custos e perdas operacionais		31.149	322.365	48.124	307.349
	(A)		30.755.558		34.157.205
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros		41		125	
Perdas em empresas associadas	44	653.395		367.923	
Juros e custos similares	44	3.326.700	3.980.136	4.040.462	4.408.510
	(C)		34.735.694		38.565.715
Custos e perdas extraordinários	45		254.742		2.725.322
	(E)		34.990.436		41.291.037
Imposto sobre o rendimento do semestre	52		6.760		57.836
	(G)		34.997.196		41.348.873
Interesses minoritários			8.025		3.013
(H)			35.005.221		41.351.886
Resultado líquido do semestre			(2.651.804)		(4.059.407)
			32.353.417		37.292.479

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2002 E 2001

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2002		2001	
Vendas					
Mercadorias		2.516.176		1.086.965	
Produtos		28.662.597		34.200.128	
Prestação de serviços	36	1.970	31.180.743	-	35.287.093
Variação da produção			186.514		165.327
Trabalhos para a própria empresa			262.853		217.361
Proveitos suplementares		99.005		69.303	
Subsídios à exploração		26.014		713	
Outros proveitos e ganhos operacionais		4.679	129.698	3.561	73.577
	(B)		31.759.808		35.743.358
Ganhos em empresas associadas	44	36.893		-	
Rendimentos de participações de capital		14.464		-	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras		46.343		1.357	
Outros juros e proveitos similares	44	101.630	199.330	390.274	391.631
	(D)		31.959.138		36.134.989
Proveitos e ganhos extraordinários	45		394.279		1.157.490
	(F)		32.353.417		37.292.479

Resumo		
Resultados operacionais: (B)-(A) =		1.004.250
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A) =		(3.780.806)
Resultados correntes: (D)-(C) =		(2.776.556)
Resultados antes de impostos: (F)-(E) =		(2.637.019)
Resultado consolidado antes dos interesses minoritários do semestre: (F)-(G) =		(2.643.779)
Resultado consolidado do semestre: (F)-(H) =		(2.651.804)
		1.586.153 (4.016.879) (2.430.726) (3.998.558) (4.056.394) (4.059.407)

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 30 DE JUNHO DE 2002

(Montantes expressos em Euro)

NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo Lisgráfica (adiante designado apenas por "Grupo") é constituído pela Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Lisgráfica") e suas filiais e subsidiárias (Nota 1), tendo como actividade principal a impressão de revistas, jornais e listas telefónicas.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As notas cuja numeração se encontra ausente neste anexo não são aplicáveis ao Grupo, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, a sua actividade, data de constituição, respectivas sedes e proporção do capital detido, em 30 de Junho de 2002, são conforme segue:

Empresa	Actividade	Data de constituição	Sede	Proporção do capital detido	
				2002	2001
Empresa-mãe:					
LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.	Impressão de jornais, revistas e listas telefónicas	27 / 12 / 1973	(1)	-	-
Filiais :					
GRAFILIS - Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis") (a)	Composição, fotolito e montagem	18 / 10 / 1984	(1)	100%	100%
GRAFIMADEIRA – Empresa de Artes Gráficas da Madeira, S.A. ("Grafimadeira") (a)	Impressão de revistas, Jornais e panfletos	10 / 11 / 1978	(2)	90,98%	90,98%
GESTIGRÁFICA – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica")	Gestão de participações sociais	02 / 02 / 1993	(1)	100%	100%
HESKA Portuguesa – Indústrias Tipográficas, S.A. ("Heska") (a)	Impressão de revistas e folhetos publicitários	07 / 11 / 1974	(3)	100%	100%

(1) - Queluz de Baixo (2) - Parque Industrial da Cancela – Caniço (3) – Sintra

(a) A participação do Grupo nestas empresas é detida pela Gestigráfica.

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, atendendo ao estabelecido na alínea a) do nº 1 do Artigo 1º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho (maioria dos direitos de voto).

2. **EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO**

As empresas excluídas da consolidação, sua actividade, data de constituição, respectivas sedes e a proporção do capital detido em 30 de Junho de 2002 e 2001, são conforme segue:

Empresa	Actividade	Data de constituição	Sede	Proporção do capital detido	
				2002	2001
GUIÃO – Divulgação Promocional de Indústria e Comércio, S.A. (“Guião”) (a)	Edição e distribuição de guias e publicações similares	24 / 07 / 1969	(1)	85%	85%
VIDEODATA – Desenvolvimento de Bases de Dados, S.A. (“Videodata”) (a)	Gestão de bases de dados	05 / 03 / 1991	(2)	100%	100%

(1) - Lisboa (2) - Porto

(a) – As participações financeiras nestas empresas estão registadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Estas empresas não foram consolidadas porque é intenção aliená-las no curto prazo.

As últimas demonstrações financeiras disponíveis daquelas empresas reportadas a 31 de Dezembro de 2001 e 2000, apresentavam os seguintes valores agregados:

	Guião		Videodata	
	2001	2000	2001	2000
Activo total	6.313.844	5.532.232	588.337	761.320
Passivo total	6.116.082	4.473.225	489.893	508.739
Capital próprio	197.762	1.059.007	98.444	252.581
Resultado líquido do exercício	(861.247)	14.505	(154.134)	60

3. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas, sua actividade, data de constituição, sede e a proporção do capital detido pelo Grupo, em 30 de Junho de 2002, são as seguintes:

Empresa	Actividade	Data de constituição	Sede	Proporção do capital detido
Naveprinter – Industria Gráfica do Norte, S.A. (“Naveprinter”)	Impressão de revistas e jornais	05 / 06 / 1990	Maia	41,0256%
Máquina de Estados – Sistemas Informáticos, Electrónicos e de Telecomunicações, Lda. (“Máquina de Estados”)	Concepção análise e programação	13 / 09 / 1997	Almada	20%
Porenvel – Distribuição, Comércio e Serviços, Lda. (“Porenvel”)	Acabamento e distribuição de Publicações	31/10/1991	Queluz	50%

As participações financeiras na Naveprinter e Porenvel foram valorizadas pelo método da equivalência patrimonial, com base no estipulado no nº 13.6.1 das normas de consolidação de contas, estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho. A participação financeira na Máquina de Estados está registada ao custo de aquisição, que é inferior ao respectivo valor de mercado.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

O número médio de empregados ao serviço do Grupo, durante os semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, foi o seguinte:

Empresa	Número médio de pessoal	
	2002	2001
Lisgráfica	499	529
Grafilis	45	43
Grafimadeira	36	30
Heska	190	191
<i>TOTAL</i>	770	793

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

i) Diferenças de consolidação incluídas no capital próprio e ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas

O saldo das diferenças de consolidação incluídas no capital próprio foi essencialmente originado, em 1 de Janeiro de 1992, quer pela aplicação do disposto na alínea b) do nº 13.7 (elaboração das primeiras demonstrações financeiras consolidadas), quer pela aplicação do disposto na alínea e) do nº 13.4.1 das normas de consolidação de contas estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho.

Os "Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas" decorrem da aplicação do disposto na alínea h) do nº 13.6.1 das citadas normas de consolidação de contas e correspondem à parte proporcional do Grupo na reserva de reavaliação do imobilizado corpóreo registada pela Naveprinter - Indústria Gráfica do Norte, S.A., em 31 de Dezembro de 1992.

O detalhe destas rubricas por empresa em 30 de Junho de 2002, é conforme segue:

Empresa	Diferenças de consolidação
<u>Diferenças de consolidação :</u>	
-nº 13.7 das normas de consolidação:	
Grafilis	67.223
Grafimadeira	14.924
-nº 13.4.1 das normas de consolidação:	
Grafimadeira (a)	9.138
Total	91.285
<u>Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas:</u>	
-nº 13.6.1 das normas de consolidação:	
Naveprinter	120.963
Total	120.963

(a) Diferença de consolidação apurada em 1994 na aquisição pela Lisgráfica de 14,98% desta participada.

ii) Diferenças de consolidação incluídas no imobilizado incorpóreo

O saldo desta rubrica corresponde à diferença apurada na aquisição de empresas participadas. O seu detalhe e o período estimado de recuperação do investimento, são conforme segue:

Empresa	Custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios adquiridos		Diferenças de consolidação	Período de amortização
		%	Montante		
Gestigráfica	19.951.916	100%	6.288.569	13.663.347	20 anos
Porenvel (Nota 27)	499.298	50%	264.375	234.923	10 anos

15. CONSISTÊNCIA DE APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE VALORIMETRIA

Os critérios de valorimetria utilizados pelas empresas do Grupo foram consistentes entre si e são os descritos na Nota 23.

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2002, o Grupo tinha assumido responsabilidades por garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de Euro 1.358.977. Este valor refere-se essencialmente a uma garantia bancária a favor das Páginas Amarelas, S.A. para garantir o bom pagamento da dívida para com aquela entidade.

23. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas do Grupo (Nota 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na Nota 1, efectuou-se pelo método de integração global. As transacções e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no balanço na rubrica interesses minoritários. As diferenças de consolidação, decorrentes da diferença, em 1 de Janeiro de 1992, entre o valor contabilístico das partes de capital e o valor da proporção do capital próprio que elas representam foram registadas no capital próprio (Nota 10). As diferenças apuradas nas aquisições de participações financeiras ocorridas após 1 de Janeiro de 1992, quando positivas, são registadas no activo em imobilizações incorpóreas e amortizadas durante o período médio de recuperação dos investimentos, actualmente estimado num período que varia entre 10 a 20 anos (Nota 10).

As empresas associadas (Nota 3) foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial. Na data da primeira aplicação deste método (1 de Janeiro de 1997) as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras em empresas associadas e o valor proporcional à participação nos capitais próprios daquelas empresas reportadas a essa data, foram registados no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas” (Nota 10). Em exercícios subsequentes, o valor das participações financeiras foi ajustado pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros, bem como por outras variações verificadas nos capitais próprios nessas empresas por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas, que incluem essencialmente despesas incorridas com aumentos de capital, encontram-se registados ao custo e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos. Adicionalmente, as diferenças apuradas na compra de participações financeiras são igualmente registadas em imobilizações incorpóreas, sendo amortizadas durante o período de recuperação dos investimentos, actualmente fixado entre 10 e 20 anos (Nota 10).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais aplicáveis (Nota 41), e com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição. Adicionalmente, no exercício de 2000, os imóveis afectos à actividade industrial da Lisgráfica, registados nas rubricas “Terrenos e recursos naturais” e “Edifícios e outras construções” foram objecto de uma reavaliação extraordinária efectuada com base em relatórios de avaliação efectuada por terceiras entidades. Esta reavaliação extraordinária implicou, no referido exercício, aumentos de Euro 21.958.923 e Euro 2.900.375, nos valores das referidas imobilizações e respectivas amortizações acumuladas (Nota 42). Em 30 de Junho de 2002, o efeito desta reavaliação extraordinária nos capitais próprios do Grupo ascendia a Euro 16.065.220.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, excepto para alguns bens de equipamento básico, onde é utilizado o método das quotas degressivas. As taxas de amortização correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil estimada
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico	8-20
Equipamento de transporte	2-14
Ferramentas e utensílios	4-10
Equipamento administrativo	3-16
Outras imobilizações corpóreas	3-16

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 23.b), são registados como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros nas empresas Guião, Máquina de Estados e Videodata encontram-se registados ao custo de aquisição o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os restantes investimentos financeiros nas empresas associadas estão registados pelo método da equivalência patrimonial.

e) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas) como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao respectivo valor de mercado.

f) Provisão para créditos de cobrança duvidosa

A provisão para créditos de cobrança duvidosa foi calculada com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

g) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 49).

h) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento de aquisições de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos em proveitos proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

i) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 30 de Junho de 2002. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos ou custos na demonstração de resultados.

j) Impostos diferidos

Os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação não estão a ser registados, mas são divulgados tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística nº 28 (Nota 53).

27. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

i) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	ACTIVO BRUTO				
	Saldo inicial	Adições	Alienações e abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	447.336	1.123	-	-	448.459
Despesas de investigação e Desenvolvimento	126.367	-	-	-	126.367
Propriedade industrial e outros direitos	70.757	-	-	-	70.757
Diferenças de consolidação (Nota 10)	13.898.270	-	-	-	13.898.270
	14.542.730	1.123	-	-	14.543.853
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	11.765.451	-	-	-	11.765.451
Edifícios e outras construções	40.087.323	3.946	-	-	40.091.269
Equipamento básico	130.866.837	1.904.531	(691.185)	-	132.080.183
Equipamento de transporte	1.366.625	3.976	(19.361)	-	1.351.240
Ferramentas e utensílios	166.429	1	-	-	166.430
Equipamento administrativo	1.861.956	341	(1.579)	-	1.860.718
Outras imobilizações corpóreas	861.679	3.365	-	24.665	889.709
Imobilizações em curso	10.045.489	8.335.860	-	(24.665)	18.356.684
	197.021.789	10.252.020	(712.125)	-	206.561.684

Rubricas	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transferências	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	435.987	11.833	-	-	447.820
Despesas de investigação e Desenvolvimento	84.610	20.878	-	-	105.488
Propriedade industrial e outros direitos	70.757	-	-	-	70.757
Diferenças de consolidação	2.072.994	353.330	-	-	2.426.324
	2.664.348	386.041	-	-	3.050.389
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	11.041.355	688.695	-	-	11.730.050
Equipamento básico	69.373.545	4.758.415	(662.445)	-	73.469.515
Equipamento de transporte	864.114	64.906	(18.521)	-	910.499
Ferramentas e utensílios	111.716	5.446	-	-	117.162
Equipamento administrativo	1.134.064	86.214	(1.569)	-	1.218.709
Outras imobilizações corpóreas	227.465	18.881	-	-	246.346
	82.752.259	5.622.557	(682.535)	-	87.692.281

Os aumentos de amortizações no semestre findo em 30 de Junho de 2002, encontram-se registados na demonstração de resultados como segue:

Amortizações de outras imobilizações incorpóreas	32.711
Amortizações do imobilizado corpóreo	5.622.557

	5.655.268
Amortizações das diferenças de consolidação (Nota 44)	353.330

	6.008.598
	=====

ii) Investimentos financeiros

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002 o movimento ocorrido nas rubricas de investimentos financeiros é como segue:

Rubricas	ACTIVO BRUTO				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates	Equivalência patrimonial	Saldo final
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	5.362.077	-	-	-	5.362.077
Partes de capital em empresas associadas	3.331.711	-	-	(263.172)	3.068.539
Empréstimos a empresas associadas	15.587	-	-	-	15.587
Partes de capital em empresas participadas	105.995	-	-	-	105.995
Títulos e outras aplicações financeiras	59.925	-	(7.901)	-	52.024
Adiantamentos por conta de investimentos Financeiros	2.576.022	342.416	-	-	2.918.438
	11.451.317	342.416	(7.901)	(263.172)	11.522.660

A rubrica “Partes de capital em empresas do grupo”, em 30 de Junho de 2002 e 2001, inclui as participações nas empresas do grupo que foram excluídas da consolidação (Nota 2), que se encontram valorizadas ao custo de aquisição, como segue:

Empresa	Percentagem de participação		Capitais próprios		Valor de balanço em 30 de Junho	
	2002	2001	2001	2000	2002	2001
Guião (a) (b)	85%	85%	197.762	1.059.007	4.638.820	4.638.820
Videodata (a) (b)	100%	100%	98.444	252.581	723.257	723.257
Porenvel (b)	50%	50%	578.094	528.750	-	499.302
					5.362.077	5.861.379

- a) As participações financeiras nestas empresas foram adquiridas no fim do exercício de 2000 e estão registadas ao custo de aquisição. As participações no Guião e Videodata, encontram-se registadas ao custo de aquisição, em virtude de se manterem em curso negociações com diversas entidades, com o objectivo de promover a venda do todo ou parte das participações financeiras nestas empresas.
- b) Os montantes apresentados de capitais próprios para estas empresas referem-se aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, data das últimas demonstrações financeiras disponíveis.

A rubrica “Partes de capital em empresas associadas”, em 30 de Junho de 2002 e 2001 tem o seguinte detalhe:

Empresa	Percentagem de participação		Capitais próprios		Valor de balanço em 30 de Junho	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Naveprinter	41,0256%	41,0256%	6.477.356	8.481.489	2.657.373	3.479.579
Porenvel (a)	50%	50%	578.094	528.750	311.406	-
Máquina de Estados (a)	20%	-	3.750	18.705	99.760	99.760
					3.068.539	3.579.339

- a) Os montantes apresentados de capitais próprios para as estas empresas referem-se aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2001 e 2000, data das últimas demonstrações financeiras disponíveis.

A variação ocorrida nesta rubrica no semestre findo em 30 de Junho de 2002, é explicada pela aplicação do método de equivalência patrimonial aos capitais próprios da Naveprinter e Porenvel , e o seu detalhe é conforme segue:

Perdas em empresas associadas (Nota 44)	(300.065)
Ganhos em empresas associadas (Nota 44)	36.893

	(263.172)
	=====

A rubrica partes de capital em empresas participadas, em 30 de Junho de 2002, diz respeito à participação da Grafilis na Invesmédia - Investimentos em Mass Media, S.A., no montante de Euro 99.760, a qual se encontra totalmente provisionada (Nota 46). Adicionalmente, a mesma rubrica inclui uma participação da Grafimadeira na sociedade Maquetizar – Reprodução e Artes Gráficas, Lda., no montante de Euro 6.235, adquirida em 1998.

O aumento ocorrido no semestre findo em 30 de Junho de 2002 na rubrica “Adiantamentos por conta de investimentos financeiros” refere-se na totalidade a valores entregues ao Guião que irão ser convertidos em capital da referida participada.

28. CUSTOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS

No decurso do semestre findo em 30 de Junho de 2002, o Grupo capitalizou na rubrica de imobilizações em curso o montante de Euro 178.439, relativo a encargos financeiros incorridos em empréstimos para financiamento da aquisição de imobilizado, durante o seu período de montagem.

30. VALORES DE MERCADO DO ACTIVO CIRCULANTE

Em 30 de Junho de 2002, não existiam diferenças significativas entre os valores das rubricas do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados pelo Grupo e o respectivo valor de mercado, que não estivessem cobertas por provisões.

34. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

Em 30 de Junho de 2002, existiam empréstimos bancários nos montantes de Euro 1.496.394, Euro 3.607.872 e Euro 2.244.000, garantidos por hipotecas sobre alguns edifícios propriedade da Lisgráfica. Adicionalmente existe um penhor mercantil sobre alguns equipamentos relativos a rotativas, no montante de Euro 5.430.348.

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas do semestre findo em 30 de Junho de 2002, distribuem-se da seguinte forma:

Mercado interno	31.175.866
Mercado externo	4.877

	31.180.743
	=====

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais da Lisgráfica no semestre findo em 30 de Junho de 2002 ascenderam a Euro 119.066.

41. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

As empresas do Grupo procederam em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

42. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e as correspondentes reavaliações em 30 de Junho de 2002, líquidos de amortizações acumuladas, é o seguinte:

	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	2.043.358	709.000	2.752.358
Edifícios e outras construções	5.156.452	1.314.746	6.471.198
Equipamento básico	8.940.405	2.659.651	11.600.056
Equipamento de transporte	30.301	985	31.286
Ferramentas e utensílios	130	4	134
Equipamento administrativo	2.955	684	3.639
	16.173.601	4.685.070	20.858.671

Adicionalmente, a Empresa procedeu durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, a uma reavaliação extraordinária de imóveis, do que resultou um acréscimo líquido do imobilizado e dos capitais próprios àquela data de Euro 19.058.548 (Notas 23 b)). Em 30 de Junho de 2001 o valor líquido da referida reavaliação ascendia a Euro 16.065.220 sendo que um montante

aproximado de Euro 6.493.000 respeita a “Terrenos e recursos naturais” e um montante aproximado de Euro 9.572.220 a “Edifícios e outras construções” (Nota 23 b)).

Como resultado das reavaliações legais efectuadas (Nota 41), as amortizações do semestre findo em 30 de Junho de 2002, foram aumentadas em Euro 602.678. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos da determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC). As amortizações de períodos futuros serão aumentadas em cerca de Euro 3.976.000 em resultado das reavaliações efectuadas ao abrigo dos diplomas legais e em cerca de Euro 9.572.000, em resultado da reavaliação extraordinária.

44. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros consolidados dos semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

	2002	2001
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos	15.457	119.422
Ganhos em empresas associadas (Nota 27)	36.893	-
Rendimentos de imóveis	44.892	150.138
Diferenças de câmbio favoráveis	29.304	4.659
Descontos de pronto pagamento obtidos	31.497	80.701
Outros proveitos e ganhos financeiros	41.287	36.711
	-----	-----
	199.330	391.631
	=====	=====
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados	3.108.813	3.765.011
Perdas em empresas associadas	653.395	367.923
Diferenças de câmbio desfavoráveis	40	14.271
Descontos de pronto pagamento concedidos	48.344	46.523
Outros custos e perdas financeiros	169.544	214.782
	-----	-----
	3.980.136	4.408.510
Resultados financeiros consolidados	(3.780.806)	(4.016.879)
	-----	-----
	199.330	391.631
	=====	=====

A rubrica “Perdas em empresas associadas” no semestre findo em 30 de Junho de 2002, inclui o montante de Euro 353.330 (Nota 27) referente à amortização das diferenças de consolidação apuradas na aquisição de empresas participadas, e o montante de Euro 300.065 (Nota 27) referente à apropriação do resultado líquido negativo da Naveprinter na proporção do capital detido pelo grupo.

45. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários consolidados dos semestres findos em 30 de Junho de 2002 e 2001, têm a seguinte composição:

<u>Proveitos e ganhos:</u>	2002	2001
Ganhos em imobilizações e existências	206.654	50.314
Benefícios de penalidades contratuais	2.964	9.372
Reduções de provisões (Nota 46)	1.880	901.457
Correcções relativas a exercícios anteriores	26.179	10.704
Outros proveitos e ganhos extraordinários	156.602	185.643
	-----	-----
	394.279	1.157.490
	=====	=====
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	11.181	48.089
Dívidas incobráveis	-	141.225
Perdas em imobilizações	7.657	778.728
Multas e penalidades	150.725	22.192
Correcções relativas a exercícios anteriores	35.044	26.980
Outros custos e perdas extraordinários	50.135	1.708.108
	-----	-----
	254.742	2.725.322
Resultados extraordinários consolidados	139.537	(1.567.832)
	-----	-----
	394.279	1.157.490
	=====	=====

A rubrica de “Outros proveitos e ganhos extraordinários”, no semestre findo em 30 de Junho de 2002 tem a seguinte composição:

Subsídios para investimentos em imobilizações corpóreas (Nota 23 i))	93.689
Mais-valias diferidas relativas a operações de relocação financeira	43.972
Outros	18.941

	156.602
	=====

46. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2002 realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões:

	Saldo inicial	Redução	Saldo Final
Provisão para cobrança duvidosas	21.642.348	(1.880)	21.640.468
Provisão para depreciação de existências	23.350	-	23.350
Provisão para investimentos financeiros	105.400	(4.211)	101.189
Provisão para riscos e encargos	1.875.043	-	1.875.043
	23.646.141	(6.091)	23.640.050

Em 30 de Junho de 2002, a provisão para investimentos financeiros tem a seguinte composição:

Partes de capital em empresas participadas (Nota 27)	99.760
Títulos e outras aplicações financeiras	1.429

	101.189
	=====

A provisão para riscos e encargos destina-se a cobrir responsabilidades decorrentes das actividades das empresas do Grupo.

A diminuição verificada nas rubricas de provisões foi registada como segue:

Reduções de provisões (Notas 45)	1.880
Ganhos em imobilizações e existências	4.211

	6.091
	=====

47. LOCACÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2002, o Grupo tinha registado na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta corrente” um montante de Euro 42.058.795, relativo a contas a pagar às locadoras, dos quais Euro 33.592.095 estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano. Em 30 de Junho de 2002, as responsabilidades do Grupo como locatário, relativas a rendas vincendas em contratos de locação financeira, são como segue:

2003	8.466.700
2004	7.496.779
2005	6.948.528
2006	6.173.404
2007 e seguintes	12.973.384

	42.058.795
	=====

48. DÍVIDAS TITULADAS

Em 30 de Junho de 2002, o Grupo possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas, no montante de Euro 3.847.528.

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2002, os principais saldos desta rubrica tinham a seguinte composição:

Custos diferidos:

Conservação plurienal	248.208
Juros antecipados	223.583
Indemnizações ao pessoal	137.462
Gastos com emissão de obrigações	71.400
Seguros	37.252
Outros	162.220

	880.125
	=====

Acréscimos de custos:

Encargos com férias, subsídios de férias e Natal	2.066.238
Juros vencidos e não pagos	382.298
Fornecimentos e serviços externos	494.277
Outras remunerações	19.325
Outros	17.116

	2.979.254
	=====

Proveitos diferidos:

Subsídios ao investimento (Nota 23 i))	1.350.979
Mais-valias diferidas relativas a operações de relocação financeira (a)	870.962
Outros	58.124

	2.280.065
	=====

(a) Esta mais-valia refere-se a uma operação de lease-back efectuada no exercício de 2001, com uma instituição financeira sobre um terreno da Lisgráfica. Esta mais-valia está a ser diferida no período do contrato da referida operação.

50. VARIACÃO NAS CONTAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido no capital próprio no semestre findo em 30 de Junho de 2002, é como segue:

	Saldo Inicial	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	20.000.000	-	-	20.000.000
Acções próprias-valor nominal	(260.437)	-	-	(260.437)
Acções próprias-descontos e prémios	(212.544)	-	-	(212.544)
Diferenças de consolidação	91.285	-	-	91.285
Ajustamentos de partes de capital	120.963	-	-	120.963
Reservas de reavaliação	28.021.789	-	-	28.021.789
Reserva legal	906.512	-	-	906.512
Outras reservas	1.198.053	-	-	1.198.053
Resultados transitados	(15.370.672)	(3)	(11.336.025)	(26.706.700)
Resultado líquido do semestre	(11.336.025)	(2.651.804)	11.336.025	(2.651.804)
	23.158.924	(2.651.807)	-	20.507.117

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta das reavaliações do immobilizado corpóreo efectuadas quer nos termos da legislação aplicável quer extraordinária, efectuada no exercício de 2000 (Notas 27 e 42). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos

O resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2001, foi na sua totalidade transferido para resultados transitados.

51. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2002, o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	Curto prazo	Médi o e longo prazo
Empréstimos bancários (a)	9.772.9 26	30.35 5.382
Empréstimos por obrigações:		
Emissão de 1988	299	-
Emissão de 1997 (b)	4.888.0 20	2.444 .010
Outros empréstimos obtidos (c)	7.135.9 31	19.98 1.968
	<u>21.797.176</u>	<u>52.781.360</u>

- (a) Em 30 de Junho de 2002, os empréstimos bancários incluem um montante de Euro 1.496.394 (Nota 34), obtido junto do Banco BPI, S.A. (“BPI”) que vence juros à taxa Lisbor acrescida de 1,25%. Este empréstimo destinou-se a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos, às Páginas Amarelas, S.A. e está garantido por uma primeira hipoteca sobre as instalações adquiridas pela Empresa nessa operação. Do montante em dívida em 30 de Junho de 2002, o montante de Euro 124.000 vence-se no curto prazo e Euro 1.372.394 que se vence no médio e longo prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui um empréstimo no montante de Euro 2.244.000 (Nota 34) obtido junto do BPI destinado a financiar a aquisição do investimento na Gestigráfica. Daquele montante a parcela Euro 126.000 vence-se no curto prazo e a parcela Euro 2.118.000 no médio e longo prazo. Este empréstimo vence juros à taxa Lisbor acrescida de 1,25% e está garantido por segunda hipoteca às referidas instalações adquiridas às Páginas Amarelas, S.A. estando as receitas afectas às mesmas consignadas como garantia de pagamento deste empréstimo. Os restantes empréstimos bancários vencem juros a taxas anuais médias de 6,50%.

A principal condição (“*covenant*”) relativa aos empréstimos obtidos, existente em 30 de Junho de 2002, refere-se ao empréstimo bancário no montante de Euro 4.572.314, e consiste na manutenção de um rácio de autonomia financeira de 25%. O seu incumprimento, poderá implicar o vencimento antecipado da dívida ou o aumento da taxa de juro. Daquele empréstimo, a parcela de Euro 831.326, vence-se no curto prazo e a parcela Euro 3.740.988 vence-se no médio e longo prazo.

Esta rubrica inclui um montante de Euro 3.607.872 que se vence no médio e longo prazo relativo a um empréstimo contraído junto do Banco Comercial Português, S.A. (“BCP”). Este empréstimo foi contratado por Euro 9.477.160 estando por utilizar a 30 de Junho de 2002 Euro 5.869.288. Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescido de 2,75% e está garantido por 3^a hipoteca das instalações associadas às Páginas Amarelas (Nota 34).

A Heska contraiu um financiamento em moeda estrangeira junto do Banco Espírito Santo, no montante de 239.000 Libras e que se vence em 2002 que está registado na rubrica de “Empréstimos bancários” no curto-prazo. Este empréstimo vence juros à taxa Lisbor a 6 meses acrescida de 0,5%. Adicionalmente aquela empresa contraiu um financiamento junto do BCP no montante de Euro 748.197 amortizável em 60 prestações mensais e sucessivas de Euro 12.470 cada vencendo-se a primeira em 30 de Julho de 2001. Este empréstimo vence juros a uma taxa anual efectiva de 6,5%.

- (b) Empréstimo obrigacionista emitido em 26 de Junho de 1997, representado por 1.224.950.000 obrigações do valor nominal de Euro 0,01 cada. O empréstimo tem a duração de 6 anos, e o reembolso é efectuado em cinco prestações semestrais e iguais, nas datas de vencimento do 8º, 9º, 10º, 11º e 12º cupões, com possibilidade de reembolso antecipado por opção da Empresa, nas datas de pagamento do 6º, 8º e 10º cupões. Os juros vencem-se semestral e postecipadamente em 26 de Junho e 26 de Dezembro de cada ano. A taxa de juro é variável, correspondente à Lisbor a 6 meses, em vigor nos dois dias úteis antes do início de cada período de contagem de juros, acrescida de 1,5%. Como garantia deste empréstimo respondem as receitas da Empresa.
- (c) O montante registado nesta rubrica na parcela de médio e longo prazo, em 30 de Junho de 2002, refere-se a emissões realizadas ao abrigo de três programas de papel comercial, como segue:

Programa/Emissão	Inicio	Vencimento	Taxa de juro	Montante
BCPM - 63 ^a emissão	03.06.02	03.07.02	3,687	2.493.989
BCPI - 60 ^a emissão	03.06.02	03.07.02	4,750	4.987.979
BCPI - 23 ^a emissão	03.06.02	03.07.02	3,687	2.493.989
BANIF - 21 ^a emissão	25.06.02	23.09.02	3,875	5.000.000
CGD - 3 ^a emissão	28.06.02	26.09.02	3,808	2.500.000
CGD - 4 ^a emissão	15.04.02	15.07.02	3,567	2.500.000
CGD - 4 ^a emissão	24.04.02	24.07.02	3,764	2.500.000
				<u>22.475.957</u>

Com excepção da 63^a emissão do BCPM, os empréstimos em papel comercial encontram-se registados a médio e longo prazo, uma vez que é intenção do Conselho de Administração proceder a sucessivas renovações, nas datas de vencimento das diversas emissões.

Adicionalmente, nesta rubrica encontra-se incluído o subsídio reembolsável no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido durante os exercícios de 1996 e 1998 no montante total de Euro 5.167.207. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de 9 prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 30 de Junho de 2002, a Empresa amortizou o montante de Euro 3.155.529, encontrando-se em dívida um valor de Euro 2.011.678 o qual foi objecto de uma garantia prestada pelo BPI. A Empresa tem um depósito a prazo nesta entidade no montante de Euro 595.747 cuja movimentação está indexada à libertação da referida garantia. Este montante vence-se no curto prazo.

A rubrica de Outros empréstimos obtidos – curto prazo inclui um subsídio atribuído à Heska pelo IAPMEI no montante de Euro 2.493.989. A Empresa até 30 de Junho de 2002 reembolsou Euro 1.826.847 sendo que este subsídio é reembolsável em oito prestações e não vence juros. Adicionalmente inclui o montante de Euro 1.963.122 relativo a adiantamentos recebidos pela Heska ao abrigo de contratos de factoring.

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas, o valor dos activos correntes é inferior ao exigível de curto prazo. Acresce que o Conselho de Administração, considera que os próximos exercícios se desenvolverão numa conjuntura económica menos favorável. Por estas razões, continuam as negociações com diversas instituições financeiras, tendo em vista o rescalonamento de alguns empréstimos bancários, de curto prazo para médio e longo prazo.

52. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2002, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Colectivas:	
Retenções na fonte	2.369
Imposto a recuperar	7.917
Pagamento especial por conta	7.482
Imposto sobre o Valor Acrescentado	136.150

	153.918
	=====

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares – retenções na fonte (a)	590.407
Imposto sobre o Valor Acrescentado	752.261
Contribuições para a Segurança Social (a)	1.450.752
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Colectivas – IRC	10.932
Outros	42.791

	2.847.143
	=====

(a) Nestas rubricas encontra-se incluído um valor de Euro 97.522, classificado a médio e longo prazo.

A rubrica “Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC” inclui o montante de Euro 6.760 referente à estimativa de imposto a pagar.

As contas a pagar relativas a Imposto sobre o Valor Acrescentado, Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares – retenções na fonte e Contribuições para a Segurança Social incluem valores vencidos nos montantes de Euro 312.315, Euro 381.312 e Euro 854.038, respectivamente, relativos ao primeiro semestre de 2002.

53. IMPOSTOS

As empresas do Grupo encontram-se sujeitas individualmente a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 30%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 33%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos para os períodos tributáveis iniciados em 1 de Janeiro de 1998 e cinco anos para os anteriores (dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa e suas filiais e associadas dos anos de 1997 a 2002 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2002.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 30 de Junho de 2002, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, Euro 20.500.000, a que corresponde Euro 6.770.000 de impostos diferidos activos.

Por outro lado, decorrente das reavaliações do immobilizado corpóreo efectuados (Nota 42) existem impostos diferidos passivos que se estimam em Euro 3.690.000.

54. OUTROS CREDORES CURTO PRAZO

Em 30 de Junho de 2002, esta rubrica refere-se essencialmente aos adiantamentos efectuados à Lisgráfia, relativos a operações de factoring.

O Técnico Oficial de Contas

Vítor Manuel Condinho da Silva

O Conselho de Administração:

António Brás Monteiro – Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

António Pedro Marques Patrocínio

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 45

REGISTO NA CMVM nº 232

NIPC 501 829 288

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR**REGISTADO NA CMVM SOBRE A INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA**

(Montantes expressos em Euro)

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2002 de Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”), incluída: no Relatório de Gestão, no balanço consolidado, que evidencia um total de Euro 182.004.555 e um total de capital próprio de Euro 20.507.117, incluindo um resultado líquido negativo de Euro 2.651.804 e na demonstração consolidada de resultados por naturezas do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e nos das suas participadas.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

Parecer

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2002 de Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A., não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

9. Conforme mencionado no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Empresa e as suas participadas optaram por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporais entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística nº 28. Aquela data os activos e passivos por impostos diferidos estimam-se em Euro 6.770.000 e Euro 3.690.000, sendo que serão realizáveis e exigíveis, respectivamente, caso a Empresa e as suas participadas venham a registar resultados fiscais suficientes.
10. Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, a Empresa tem vindo a registar prejuízos, sendo em 30 de Junho de 2002, o valor dos activos correntes inferior ao exigível de curto prazo. Tal como referido no Relatório de Gestão, o Conselho de Administração tomou várias medidas e perspectiva ainda outras, tendentes à resolução da actual situação, que poderão passar pela alienação de activos, registando ganhos ou perdas decorrentes dessas medidas. A continuidade das operações da Empresa, depende do sucesso dessas medidas e da rendibilidade futura das suas operações.

Lisboa, 9 de Setembro de 2002